



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MAIK DO NASCIMENTO RIBEIRO

**DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL:
UMA AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMAS/TO PELO ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL - IDMS**

Palmas/TO
2022

MAIK DO NASCIMENTO RIBEIRO

**DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL:
UMA AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMAS/TO PELO ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL - IDMS**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Universitário de Palmas, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr. Waldecy Rodrigues

Palmas/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R484d Ribeiro, Maik do Nascimento.
 Desenvolvimento Municipal Sustentável: Uma avaliação do
 município de Palmas/TO pelo Índice de Desenvolvimento Municipal
 Sustentável - IDMS . / Maik do Nascimento Ribeiro. – Palmas, TO,
 2022.
 75 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Ciências Econômicas,
 2022.
 Orientador: Waldecy Rodrigues

 1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Indicadores de
 Sustentabilidade. 3. Políticas Públicas. 4. Gestão Pública. I. Título

CDD 330

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MAIK DO NASCIMENTO RIBEIRO

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL: UMA AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMAS/TO PELO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL - IDMS

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Universitário de Palmas, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação 13 de julho de 2022.

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente
WALDECY RODRIGUES
Data: 21/07/2022 19:21:41-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dr. Waldecy rodrigues
Universidade Federal do Tocantins - UFT



Documento assinado digitalmente
KEILE APARECIDA BERHALDO
Data: 15/07/2022 19:48:33-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dra. Keile Aparecida Beraldo
Universidade Federal do Tocantins - UFT



Documento assinado digitalmente
IDIANE ABREU CABRAL
Data: 21/07/2022 19:16:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Econ. Idiane Abreu Cabral
Prefeitura Municipal de Palmas - TO

Alice perguntou: Gato Cheshire... pode me dizer qual o caminho que eu devo tomar?

Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.

Eu não sei para onde ir! – disse Alice.

Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve.

RESUMO

A necessidade da utilização de mecanismos de avaliação de desenvolvimento sustentável tornou-se imprescindível, sendo fundamental dentro da gestão pública para facilitação dos agentes públicos a informações que subsidiem a prática do planejamento, avaliação e tomada de decisão. Neste sentido, busca-se avaliar o uso do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) como ferramenta de diagnóstico, tendo em vista a elaboração de políticas públicas e o cumprimento da Agenda 2030, baseado no resultado do IDMS de 2012 a 2018. A partir de uma pesquisa exploratória e descritiva, com base em fontes secundárias e abordagem quantitativa e qualitativa de dados, o presente estudo demonstra que, o IDMS consegue alcançar múltiplas dimensões em sua avaliação de desenvolvimento sustentável, onde 83,0% de seus indicadores conseguem atender 16 dos objetivos da Agenda 2030. Além disso, o Município de Palmas apresentou uma estacionariedade nos anos de avaliação em seu nível de desenvolvimento sustentável, e indicadores alarmantes, como a Participação Social e Fatores de Proteção e Risco, e indicadores de alta qualidade nas áreas da saúde, educação e habitação.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Gestão Pública. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The need to use sustainable development assessment mechanisms has become essential, being fundamental within public management to provide public agents with information that subsidizes the practice of planning, assessment and decision-making. In this sense, we seek to evaluate the use of the Sustainable Municipal Development Index (IDMS) as a diagnostic tool, with a view to the elaboration of public policies and compliance with the 2030 Agenda, based on the result of the IDMS from 2012 to 2018. an exploratory and descriptive research, based on secondary sources and a quantitative and qualitative approach to data, the present study demonstrates that the IDMS manages to reach multiple dimensions in its assessment of sustainable development, where 83.0% of its indicators manage to meet 16 of the objectives of the 2030 Agenda. In addition, the Municipality of Palmas presented stationarity in the years of evaluation in its level of sustainable development, and alarming indicators, such as Social Participation and Protection and Risk Factors, and high quality indicators in the areas of health , education and housing.

Keywords: Sustainable development. Public administration. Public policy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados da dimensão sociocultural	38
Tabela 2 - Valores observados para os Fatores de Risco e Proteção, Morbidade e Mortalidade	44
Tabela 3 - Resultados da dimensão econômica	48
Tabela 4 - Resultados da dimensão ambiental	50
Tabela 5 - Resultados da dimensão político institucional	52
Tabela 6 - Resultado geral do IDMS	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição do IDMS	17
Quadro 2 - Classificação dos índices e subíndices	19
Quadro 3 - Condições, atributos e características das variáveis	19
Quadro 4 - Composição do IFDM	28
Quadro 5 - Composição do IDS-Brasil	29
Quadro 6 - Descrição das dimensões do IDHM	31
Quadro 7 - Objetivos e metas dos ODM	33
Quadro 8 - Principais resultados dos ODM	34
Quadro 9 - Objetivos e descrição dos ODS	36
Quadro 10 - Matriz de comparação IDMS x ODS	54

LISTA DE SIGLAS

ACS - Agentes Comunitários de Saúde
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNM - Confederação Nacional dos Municípios
CNODES - Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CSD - Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
ESF - Estratégia Saúde da Família
FECAM - Federação Catarinense de Municípios
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IPEA - Instituto de Economia Aplicada
ISS - Imposto sobre Serviços
ME - Ministério da Economia
MEC - Ministério da Educação
MS - Ministério da Saúde
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB - Produto Interno Bruto
PNAB - Política Nacional de Atenção Básica
PNB - Produto Nacional Bruto

PNI - Programa Nacional de Imunizações

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RFB - Receita Federal

SIDEMS - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

SNC - Sistema Nacional de Cultura

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUS - Sistema Único de Saúde

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 Metodologia	16
2.1 O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS	16
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
3.1 Do desenvolvimento econômico ao sustentável	20
3.2 Os indicadores de sustentabilidade	25
3.2.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	28
3.2.2 Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	29
3.2.3 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	31
3.3 Programas globais de sustentabilidade	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
4.1 Dimensão Sociocultural	38
4.2 Dimensão econômica	48
4.3 Dimensão ambiental	50
4.4 Dimensão político-institucional	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
ANEXO I – IDMS PALMAS	62
ANEXO II – OBJETIVOS E METAS DOS ODS	65

1 INTRODUÇÃO

Até meados da década de 1970, o conceito de desenvolvimento para uma nação contemplava estreitamente os incrementos constantes no nível de renda, empreendimento de financiamentos e acumulação de capital ao longo do tempo. Para alguns autores, o aumento de renda levaria naturalmente à melhoria dos padrões sociais. Para outros, havia maior complexidade nessa relação, pois a intervenção da política fazia com que o crescimento tomasse rumos diferenciados. No entanto, todos ainda viam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Este conceito tende a sofrer mudanças a partir dos estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) diante do aprofundamento da crise socioambiental que se abrangeu sobre o mundo desde a segunda metade do século XX, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo. Buscando combater tais mudanças, em junho de 1972, na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foram estabelecidos 27 princípios que norteariam a relação homem-natureza (KRAMA, 2008).

Contudo, o termo Desenvolvimento Sustentável entrou como pauta nos discursos mundiais apenas em abril de 1987, na publicação do relatório Brundtland¹. Elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, o relatório recebeu este nome em homenagem a chefe da comissão, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, onde também ficou conhecido como "Nosso Futuro Comum" (*Our Common Future*), enfatizando que os meios de produção não eram condizentes com o desenvolvimento sustentável (LAYRARGUES, 1997).

A partir desse período o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que procura consolidar a necessidade de promoção do desenvolvimento social, preocupação com o meio ambiente, junto ao desenvolvimento econômico da sociedade, tornou-se um tema indispensável na pauta de discussão das diversas nações, e nos mais diferentes níveis de organização da sociedade.

¹ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: NOSSO FUTURO COMUM. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

Segundo Ignacy Sachs (2008)², pode ser entendido como desenvolvimento um processo economicamente sustentado no tempo, socialmente incluyente e politicamente descentralizado. Além disso, segundo o autor, faz-se necessário o manejo adequado dos recursos para satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Ao longo do século XXI pautas globais de desenvolvimento sustentável foram surgindo, buscando alcançar em primeiro momento a erradicação da fome e extrema pobreza, através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)³, que estabelecia oito objetivos globais a serem implementados pelas Nações, nas políticas de educação, saneamento, saúde, igualdade de gênero, habitação e meio ambiente, além de parcerias globais de sustentabilidade (ROMA, 2019).

Buscando renovar e ampliar o compromisso global com a sustentabilidade, foi estabelecido em 2012, durante conferência da ONU realizada no Rio de Janeiro (Rio+20), resultando no documento conhecido como “O Futuro que Queremos”, com um novo conjunto de objetivos e suas metas, que daria continuidade aos ODM a partir de 2015. Após dois anos de negociações, em setembro de 2015, os chefes de estado dos 193 países-membros da ONU, em Assembleia Geral, adotaram o documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Desta forma, o papel de indutor do Estado nesse processo tem como principal dilema adequação política entre fins (princípios) e meios (formas de gestão e estratégias de ação). Neste sentido, discutir sobre desenvolvimento sustentável dentro de um contexto de gestão pública, busca contribuir na capacidade de adaptação da política vigente, tendo em vista a sobrevivência e prosperidade da sociedade no longo prazo. Sendo assim, eficiência é requisito fundamental para a gestão pública, tornando-se necessário a facilitação dos agentes públicos a informações que subsidiem a prática do planejamento, avaliação e tomada de decisão.

² SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

³ A Resolução nº 55/2 da Assembleia Geral da ONU, marco fundador dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em setembro de 2000, estabeleceu oito objetivos, com um total de 21 metas, a serem cumpridas até 2015.

Tais informações precisam ser controladas e transparentes e, para isso, precisam ser medidas. Desta forma, torna-se necessário que sejam utilizadas ferramentas de gestão que permitam mensurar a política pública executada. Com este propósito são empregados os indicadores, como medidores de desempenho e/ou comprimento das metas propostas. Os indicadores definem os resultados das atividades que compõem um processo produtivo que será contado, medido e expresso em números.

A necessidade da utilização de mecanismos de avaliação da sustentabilidade para este modelo de desenvolvimento tornou-se imprescindível. No Brasil, são utilizados indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), sendo este utilizado como parâmetro nesta pesquisa.

Ao final do diagnóstico realizado por meio dos indicadores torna-se possível identificar as áreas e processos que limitam o desenvolvimento das regiões. Com isso, a utilização de indicadores busca sinalizar aos agentes públicos o cenário atual e definir prioridades locais visando à conquista de patamares mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

Portanto, este trabalho tem como objetivo avaliar o uso do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) como ferramenta de diagnóstico, tendo em vista a elaboração de políticas públicas e o cumprimento da Agenda 2030 no município de Palmas – TO no período de 2012 a 2018. Considerando os principais elementos do cenário global e os debates sobre sustentabilidade, estabelece-se como questão central de investigação do presente trabalho: o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) consegue diagnosticar o processo de desenvolvimento sustentável visando o cumprimento da Agenda 2030 no município de Palmas - TO?

Deste modo, o presente trabalho está dividido em cinco Capítulos, sendo o primeiro de caráter introdutório que compreende uma abordagem prévia sobre a temática desenvolvida na pesquisa, em que se evidenciam as questões-problema motivadoras da pesquisa e os objetivos geral e específicos.

O segundo Capítulo apresenta a metodologia da geral pesquisa e do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável. No terceiro Capítulo revisita a literatura sobre as principais abordagens da Teoria do Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e a formulação de Indicadores de Desenvolvimento.

O quarto Capítulo são apresentados os resultados da pesquisa e a avaliação de sustentabilidade do município de Palmas. E, por último, no Capítulo 5, estão os apontamentos e as considerações finais sobre os principais resultados obtidos.

2 Metodologia

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter exploratório e descritivo, que segundo Kauark *et al.* (2010, p. 29): “[...] objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, ou à construção de hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; [...] análise de exemplos que estimulem a compreensão”. Neste sentido, busca-se maior familiaridade com o processo de desenvolvimento ao longo da história e os desafios para alcançá-lo.

Também se utilizará do método descritivo, que visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno em estudo, sendo estes os indicadores e variáveis contemplados no IDMS e estabelecer uma análise comparativa com os objetivos e metas estabelecidas dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através de um quadro comparativo.

Desta forma, a sistematização das principais semelhanças e diferenças entre o IDMS e os ODS, possibilita a verificação de existência ou não de correspondência entre as variáveis avaliadas pelo indicador e as metas propostas na Agenda 2030.

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma quantitativa e qualitativa, a partir de análise documental e coleta de informações de fontes secundárias, incluindo a base de dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), Ministério da Economia (ME), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Receita Federal (RFB) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados também serão tabulados por meio do *software Microsoft Office Excel* e manipulados sob o enfoque da metodologia do IDMS proposta por Martins e Cândido (2008), em sua adaptação feita pela Confederação Nacional dos Municípios, Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e Rede de Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (Rede SIDEMS), para apresentar o nível de sustentabilidade avaliado entre os anos de 2012 e 2018.

2.1 O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS

O IDMS tem como objetivo mensurar o nível de sustentabilidade de uma

determinada região, por meio da disponibilização de indicadores simplificados e integrados, auxiliando os gestores públicos e as instituições na tomada de decisão, subsidiando, assim, o processo de planejamento e avaliação da política pública, com o intuito de alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento (SIDEMS, 2018).

O IDMS avalia a sustentabilidade em quatro pilares, sendo estes as dimensões do estudo, levando em consideração a necessidade de construir condições adequadas de desenvolvimento com sustentabilidade. A apuração do IDMS é realizada através de média aritmética de cada uma das suas dimensões, ou seja:

$$IDMS = \frac{IDMS_{SC} + IDMS_E + IDMS_{MA} + IDMS_{PI}}{4}$$

Onde,

$IDMS$ é o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável;

$IDMS_{SC}$ é o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável Sociocultural;

$IDMS_E$ é o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável Econômico;

$IDMS_{MA}$ é o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável Meio Ambiente; e

$IDMS_{PI}$ é o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável Político-Institucional.

Além disso, essas dimensões são divididas em 9 subdimensões, 30 indicadores e 84 variáveis, organizados de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 - Composição do IDMS

DIMENSÃO	SUBDIMENSÃO	INDICADORES	VARIÁVEIS
SOCIOCULTURAL 25%	Educação (45%)	4	19
	Saúde (35%)	4	16
	Cultura (10%)	4	11
	Habitação (10%)	2	6
ECONÔMICA 25%	Economia (100%)	3	10
AMBIENTAL 25%	Meio Ambiente (100%)	3	6
POLÍTICO- INSTITUCIONAL 25%	Participação Social (30%)	2	2
	Gestão Pública (30%)	5	7
	Finanças Públicas (40%)	3	7
4	9	30	84

Fonte: SIDEMS (2018).

Destaca-se a importância da diferenciação dos pesos, amparados nas orientações de Nahas (2001), que considera que os pesos dos indicadores podem ser equilibrados de acordo com a qualidade e confiabilidade dos dados. Os indicadores determinam a fragmentação das subdimensões. Além disso, também busca captar as

particularidades da realidade complexa e expressá-las em dados, tornando-a conhecível e compreensível.

A grande quantidade de variáveis que compõem a base de dados é uma estratégia necessária para construir indicadores com melhores performances, aproximando-o mais da realidade. Os indicadores possuem o mesmo peso para a composição das subdimensões.

São definidos valores mínimos e máximos para cada variável, indicador e subdimensão. Para as variáveis, na composição do índice, esses valores não correspondem às observações de cada variável. Os valores normalizados das observações das variáveis são mensurados com um intervalo entre zero e um, ou seja, a criação dos indicadores, sendo calculado pela seguinte relação:

$$\begin{array}{c} \text{Maior Melhor} \\ \hline VI = \frac{VO - VMI}{VMA - VMI} \end{array} \qquad \begin{array}{c} \text{Menor Melhor} \\ \hline VI = \frac{VMI - VO}{VMI - VMA} \end{array}$$

Onde:

VI é o Valor do Indicador;

VO é o Valor Observado;

VMI é o Valor Mínimo; e

VMA é o Valor Máximo.

A partir do *VI* encontrado torna-se possível compreender o caminho já percorrido pela sociedade, tal como o caminho a percorrer no respectivo indicador. Com isso, para um indicador qualquer, uma sociedade: a) permanece no ponto mínimo, quando o valor normalizado do indicador for igual a zero; e b) alcançou ponto máximo, quando o valor normalizado do indicador for igual a um.

A diferença dos valores máximos e mínimos, em um indicador, demonstra o caminho a ser percorrido, enquanto a diferença entre o valor observado e o valor máximo representa o avanço já alcançado. Cada indicador compõe o IDMS com o mesmo peso, partindo do princípio de que a qualidade de cada descritor é influenciada de maneira similar por cada um dos seus indicadores⁴.


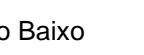



Após a aferição dos indicadores, o IDMS é calculado pela média aritmética de

⁴ A adoção de pesos iguais se deve a que todas as dimensões do IDMS são igualmente valiosas e desejáveis. Desta forma, atribui-se a cada dimensão a mesma capacidade de favorecer a sustentabilidade do município (SIDEMS, 2018, p. 16).

cada dimensão. Posteriormente, os índices das dimensões são calculados pela média ponderada das subdimensões, considerando os pesos apresentados no Quadro 1.

Os índices das subdimensões são calculados pela média aritmética dos indicadores, que, por sua vez, são calculados pela média aritmética das variáveis. Além disso, o índice permite agrupar o município em 05 grupos, levando em conta o nível de eficiência obtido em relação aos parâmetros definidos, a partir da classificação, conforme descrita no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação dos índices e subíndices

CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL	ESCALA	
Baixo		0,000	0,499
Médio Baixo		0,500	0,624
Médio		0,625	0,749
Médio Alto		0,750	0,874
Alto		0,875	1,000

Fonte: SIDEMS (2018).

O sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável considera a necessidade de correlação entre todos os elementos que o integra, ou seja, relaciona as dimensões, descritores e indicadores. Por fim, a metodologia do IDMS, conforme apresentado pelo SIDEMS (2018), procura identificar indicadores a partir das condições apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Condições, atributos e características das variáveis

<p>Quanto ao seu significado, deve:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ser significativo quanto à sustentabilidade do sistema; 2. Ser relevante politicamente; 3. Revelar tradução fiel e sintética da preocupação. 	<p>Quanto a sua aplicabilidade, deve:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Permitir repetir as medições no tempo; 2. Permitir um enfoque integrado relacionando-se com outros indicadores, e permitindo analisar essas relações; 3. Ter mensurabilidade (tempo e custo necessário, e viabilidade para efetuar a medida); 4. Ser replicável e verificável.
<p>Quanto à sua interpretação, deve:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ter claros princípios de base, assim como clara visão dos objetivos que se quer alcançar; 2. Ser de fácil interpretação pelo seu usuário; 3. Ter uma metodologia de medida bem determinada e transparente; 4. Ser elaborado através da participação ampla, representativa de todos os usuários; 5. Possuir responsáveis pelo processo de tomada de decisão, pela coleta de dados e pelo processo de avaliação. 	<p>Quanto a Parametrização das Variáveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Variável Binária ou Qualitativa: <ol style="list-style-type: none"> a) Respostas, sim, é igual a Alto; b) Respostas, não, é igual a Baixo; 2. Variável cujo referencial (Meta) já foi definido por órgãos oficiais responsáveis do Governo Federal ou por instituições Internacionais, como é o caso Organização Mundial de Saúde (OMS); 3. Médias dos 25% dos municípios melhores e/ou piores colocados; e 4. Médias brasileiras.

Fonte: SIDEMS (2018)

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste Capítulo são debatidos os referencias teóricos, construindo o pensamento do processo de desenvolvimento econômico até seu conceito mais amplo, com a inclusão dos campos da sustentabilidade. Posteriormente, serão apresentados a construção dos indicadores de sustentabilidade e sua importância. Por fim, a construção das agendas globais com foco no desenvolvimento sustentável.

3.1 Do desenvolvimento econômico ao sustentável

O processo de desenvolvimento sempre transpassou a humanidade ao longo de sua história e adquiriu diversos significados, muitas vezes compreendido apenas como sinônimo de crescimento econômico, apesar de sua abrangência ser mais complexa. Além de incrementos constantes no nível de renda, como condição para alcançar desenvolvimento, representado pelo progresso material, tal definição constitui-se também pela promoção da melhoria da qualidade de vida, do meio ambiente e bem-estar da sociedade.

No entanto, a controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento ainda não foi bem esclarecida. Como bem observa Scatolin (1989, p. 06):

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que se têm prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

Para Bresser-Pereira (2006), o processo de desenvolvimento econômico trata-se de um fenômeno que ocorre naturalmente em todas as nações juntamente com sua revolução capitalista, e no longo prazo, dificilmente ocorreria a regressão desse processo, pela própria dinâmica do capitalismo em sua acumulação de capital e competitividade no progresso técnico. Segundo o autor:

[...] o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou autossustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 2-3).

Nesta perspectiva, até pouco tempo, regiões e países eram classificados entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, utilizando-se como referência para tal, exclusivamente, variações no Produto Nacional Bruto (PNB), não considerando qualquer mensurador de qualidade de vida da população. Neste sentido, cabe a crítica de Furtado (1974, p.75) sobre a própria visão de desenvolvimento, onde reitera que:

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

O debate sobre conduta para desenvolvimento econômico acirrou-se ao final da Segunda Guerra Mundial. Segundo Sunkell e Paz (1988), terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui, o tema foi encarado por todos os países, principalmente os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiram (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Foram intensificados os debates acerca do conceito e dos caminhos para alcançar desenvolvimento, realizado pela Organização das Nações Unidas. Ao fim da Segunda Guerra mundial, foram criadas, pelos países aliados e pela própria ONU, uma série de instituições e programas especiais para ajudar os países a tratar dos problemas sociais e econômicos de modo a manter o equilíbrio mundial. Dentre esses, pode-se citar o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (1944), o Fundo Monetário Internacional (1945), o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (1945), o Programa para a Educação, Ciência e Cultura (1945), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (1947), a Organização Mundial de Saúde (1948), cada um com função e políticas específicas de atuação, com objetivo comum de melhorar a qualidade de vida das sociedades em todo o mundo.

Inicialmente para a ONU, segundo Barbieri (2009), os países são classificados como desenvolvidos ou em desenvolvimento em concordância com o nível de diversificação econômica, industrialização e a renda per capita. Ainda assim, a utilização de parâmetros meramente econômicos, desconsiderando aspectos ambientais e sociais, torna falha a mensuração de desenvolvimento.

No debate sobre o tema, Celso Furtado (1974) discorre de forma mais profunda

sobre a necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento, alertando sobre o padrão de consumo dos países desenvolvidos e a limitação dos recursos naturais.

Para o autor:

O que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente à universalização? A resposta a esta pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seria de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (FURTADO, 1974, p. 11).

Dessa forma, Celso Furtado (1974) aludiu ao processo de desenvolvimento econômico, da forma que tem sido idealizado por muitos pesquisadores, não passa de um mito e como tal dificilmente será alcançado.

Pela abordagem de Ignacy Sachs (2002), a inclusão de dimensões como a ambiental, social, política e cultural nas discussões de desenvolvimento passa a denunciar os limites do que antes era pensado como derivado apenas do crescimento econômico. Esses elementos passam a ser vistos como essenciais na composição das políticas públicas e do planejamento governamental, tendo como fim a ideia de promover a sustentabilidade. Essa composição de fatores juntar-se-ia ao conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório de Brundtland, publicado em 1987, pela ONU.

Nesta perspectiva, tornou-se necessária a utilização de métodos que abrangessem as dimensões sociais dentro do desenvolvimento. Para tal, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) institucionalizou o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como fator e mensuração de desenvolvimento econômico, antes aferido apenas por meio do Produto Nacional Bruto.

O Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo aferir de forma resumida o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Para Barbieri (2009, p. 25), “[...] trata-se, portanto, de um indicador mais adequado para medir o grau de desenvolvimento de um país ou de uma região. Ele considera a capacidade aquisitiva como um importante condicionante do desenvolvimento humano”.

A utilização desse novo indicador demonstrou que, principalmente nos países subdesenvolvidos, apenas crescimento econômico não possibilitou o acesso dessa população a bens materiais como esperado. A partir da publicação do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, percebeu-se a necessidade de

elaboração de políticas de desenvolvimento que contemplassem mais que aspectos econômicos, buscando preencher lacunas na melhoria dos padrões sociais.

A concepção de Amartya Sen, institucionalizada em sua obra *Desenvolvimento com Liberdade*, trouxe novos olhares para o conceito de desenvolvimento. De acordo com Sen (2000), a liberdade é o ponto central do desenvolvimento devido ao empreendimento de liberdade das pessoas e pela livre condição de agentes. Conforme apresentado pelo autor:

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2000, p. 28-29).

Os estudos de Sen (2000) promovem o desenvolvimento como liberdade por meio dos agentes (pessoas), ou seja, são responsáveis ativamente em promover mudanças que corroboram em benefícios para a sociedade. Segundo o autor, o conceito de liberdade está relacionado aos aspectos sociais, ambientais, políticos e econômicos, não condizente com a concepção do desenvolvimento como resultado do crescimento do Produto Nacional Bruto ou da industrialização.

Sachs (2008, p. 13) argumenta que:

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

Ainda segundo o autor, o conceito de desenvolvimento compreende a equidade, a solidariedade e a igualdade como elementos essenciais para a erradicação da pobreza. Também são necessárias a inclusão social e promoção de uma sociedade socialmente igualitária e a geração emprego neste progresso econômico, como forma inevitável de alcançar o desenvolvimento econômico a partir da sustentabilidade social (SACHS, 2008).

Enquanto Sen (2000) aborda que a busca de uma visão adequadamente ampla de desenvolvimento com o intuito de focar o exame avaliatório de coisas que de fato importam e, em particular, de evitar que sejam negligenciados assuntos decisivamente importantes. Para Sen, o debate sobre essas questões, que podem conduzir a importantes discussões políticas, são parte do processo de participação democrática que caracteriza o desenvolvimento, embora possa ser conveniente

pensar que considerar as variáveis relevantes tende a levar automaticamente pessoas diferentes a chegar à mesma conclusão.

Segundo Sachs (2008, p. 71), o desenvolvimento é:

[...] um conceito multidimensional: os seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica). Ele contém uma condicionalidade ambiental explícita (solidariedade diacrônica com as gerações futuras); o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes.

Diante disso, para Veiga (2010) o grande problema ao tentar mensurar desenvolvimento sustentável, é que a precificação de danos ambientais, de ganhos de lazer e de trabalho doméstico ou voluntário, por exemplo, continua a ser altamente especulativa, por mais que economistas convencionais e alguns ecológicos se esforcem em aperfeiçoar seus métodos de valoração. Sempre será um exercício arbitrário atribuir grandezas monetárias a prejuízos ou ganhos que não têm preços determinados por mercados.

Nessa perspectiva, Sachs (2008) discorre sobre os três fatores necessários para se alcançar um desenvolvimento sustentável, tendo como ponto de partida um desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. Includente quando requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos⁵. Sustentável em virtude da sustentabilidade socioambiental, ou seja, desperta a necessidade de utilização dos recursos naturais de forma consciente e não predatória, fundamentada pela preocupação com as futuras gerações. E sustentado refere-se à permanência do processo de desenvolvimento de longo prazo que seja viável do ponto de vista econômico.

A sustentabilidade do desenvolvimento é concebida por Veiga (2010), através de mudanças mais radicais nos caminhos ortodoxos utilizados para alcançá-la. Seriam indispensáveis que, 1) O Produto Interno Bruto (PIB) (ou Produto Nacional Bruto (PNB)) deve ser inteiramente substituído por uma medida bem precisa de renda domiciliar disponível, e não de produto; 2) A qualidade de vida só pode ser medida por um índice composto bem sofisticado, que incorpore até mesmo as recentes

⁵ “A democracia é um valor verdadeiramente fundamental e garante também a transparência e a responsabilização necessárias ao funcionamento dos processos de desenvolvimento” (SACHS, 2008, p. 81).

descobertas desse novo ramo que é a economia da felicidade⁶; e 3) A sustentabilidade exige um pequeno grupo de indicadores físicos, e não de malabarismos que artificialmente tentam precificar coisas que não são mercadorias.

Com este contexto, contemplando diferentes concepções de desenvolvimento, evidencia-se a inevitabilidade de um modelo que promova sustentabilidade socioambiental e econômica, bem-estar da comunidade, além diminuição da desigualdade social e o aumento na qualidade de vida das pessoas.

3.2 Os indicadores de sustentabilidade

O processo sistêmico e minuciosamente detalhado de mensuração dos fenômenos sociais tem início na primeira metade do século XX, contudo a partir da década de 1970, impulsionado pelos debates do conceito de desenvolvimento sustentável e as agendas ambientais, intensificaram-se os esforços para elaboração de medidores de progresso e seu caminho à sustentabilidade.

Foi apresentado por Hammond (1995) que tais medidores são representados através de indicadores, onde o termo "indicador" remonta ao latim *indicare*, que significa revelar ou apontar, anunciar ou dar a conhecer publicamente, ou estimar ou colocar um preço. Para este fim, os indicadores são apresentados como comunicadores de informações sobre o progresso em direção a objetivos sociais, como desenvolvimento sustentável.

Durante o processo elaboração de indicadores de desenvolvimento sustentável, Veiga (2010) destacou três períodos históricos:

- a) **O ancestral comum de 1972:** onde a argumentação se ancora na teoria econômica canônica para refutar um tipo de contestação do crescimento econômico que crescera nos anos 1960, e que se tornou particularmente aguda nos Estados Unidos entre 1968 e 1972. Ela aparece logo no primeiro parágrafo do texto de Nordhaus & Tobin⁷ (1972, p.1) com a seguinte passagem que atribuem ao ecólogo Paul Ehrlich: "Devemos

⁶ Para Veiga a Economia da Felicidade buscar um indicador sintético de qualidade de vida que incorpore as evidências científicas.

⁷ NORDHAUS, William D.; TOBIN, James. Economic Research: Retrospect and Prospect, Volume 5, Economic Growth. national bureau of economic research, 1972. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c7620>>.

adotar um estilo de vida que tenha como objetivo o máximo de liberdade e felicidade para o indivíduo, não um máximo Produto Nacional Bruto”;

- b) A primeira grande virada em 1989:** anos depois do seminal capítulo de Nordhaus & Tobin (1972) que surgiu o “Índice de Bem-estar Econômico Sustentável” (Isew na sigla em inglês)⁸, graças a uma das mais importantes elaborações do profícuo economista ecológico Herman E. Daly. Nesse caso, incluída em livro que resultou de parceria com o teólogo John B. Cobb Junior.: *For the Common Good* (1994)⁹;
- c) Três movimentos paralelos a partir de 1995:** a dificuldade em mensurar sustentabilidade deu origem a três outras abordagens: i) construção de grandes e ecléticas coleções, ou dashboards; ii) índices compostos ou sintéticos, com várias dimensões, cujas variáveis costumam ser alguns dos dados pinçados das mencionadas coleções; e iii) índices focados no grau de sobre consumo, subinvestimento ou excessiva pressão sobre recursos.

Segundo Tayra e Ribeiro (2006), a construção de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável não é uma iniciativa isolada. Conforme apresenta os autores:

É inspirada no movimento internacional, liderado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável - CSD - das Nações Unidas, que reuniu, ao longo da década de 1990, governos nacionais, instituições acadêmicas, organizações não-governamentais, organizações do sistema das Nações Unidas e especialistas de todo o mundo (TAYRA e RIBEIRO, 2006, p. 86).

Para Quiroga (2001), os indicadores de desenvolvimento sustentável se deparam com obstáculos consideráveis no avanço conceitual e analítico, com fragilidades institucionais que se refletem na disponibilidade de recursos para pesquisa e desenvolvimento, bem como, com dificuldades derivadas de sua dupla condição de potenciadores e objetivando a eficácia da política pública e o compromisso cidadão na forja da sustentabilidade.

⁸ Em 2004, o Isew transformou-se no Indicador de Progresso Genuíno (GPI na sigla em inglês). Ambos os indicadores partiram dos dados das contabilidades nacionais que tradicionalmente visam ao cálculo do produto para se chegar a algum indicador de bem-estar econômico, ou de progresso genuíno, mas não de sustentabilidade (VEIGA, 2010).

⁹ DALY, H. E.; COBB JUNIOR, J. B. *For the Common Good. Redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future*. 2.ed. Boston, MA: Beacon Press, 1994.

A ordenação de variáveis de forma sistêmica, tendo em vista a formulação de indicadores de sustentabilidade, possibilitam a avaliação de nichos específicos. Desse modo, Souto evidencia que:

No contexto dos debates e práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, certo conjunto de indicadores de sustentabilidade reflete diferentes modos de avaliar a evolução de um dado sistema. A essência está em identificar os aspectos mais relevantes que se considera necessário e possível medir, associado a metas que reflitam as melhorias no futuro e que possibilitem orientar as alternativas de ações (SOUTO, 2017, p. 2).

Na composição dos indicadores, as variáveis representam fielmente as funções de uma particularidade – sendo a propriedade, qualidade e/ou características – dentro de um sistema. Neste sentido, Gallopín (1997), considera que em um sentido geral, qualquer variável indica um atributo. Não é o atributo real de um objeto real, mas uma imagem ou abstração do atributo. Quão próximo a variável reflete o atributo e quão significativo e relevante para a tomada de decisão é o atributo escolhido é uma questão relacionada à expertise e insight do investigador, bem como ao propósito e limitações da investigação.

Conforme apresentado por Tayra e Ribeiro (2006), as variáveis essenciais para a construção de indicadores de sustentabilidade não se encontram necessariamente ordenadas e integradas, com exceção de análises isoladas de temas específicos, e majoritariamente em escala local. “Os indicadores de nível regional, ou nacional, ainda requerem um grande esforço para apresentarem agregação, harmonização e regionalização dos dados que alimentam os indicadores (TAYRA; RIBEIRO, 2006, p. 93)”.

Contudo, indicadores devem ser observados a partir de suas funções, que são: i) avaliar condições e tendências; ii) efetuar a comparação entre lugares e situações; iii) avaliar condições e tendências em relação às metas e objetivos; iv) prover informações de advertência; e v) antecipar futuras condições e tendências. Com isso, as informações sobre fenômenos e suas complexidades podem ser expressos através de dados, melhorando o processo de transparência.

Tendo em vista avaliação de desempenho local, diversos são os sistemas de indicadores utilizados para monitorar o desenvolvimento nos municípios. Entre os mais conhecidos no Brasil estão o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) – pilar metodológico deste trabalho.

3.2.1 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, criado em 2008 pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros de forma anual, em três dimensões: Emprego & renda, saúde e educação. Como base de dados são utilizadas as estatísticas públicas oficiais disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho, Saúde e Educação (FIRJAN, 2018).

O IFDM consolida o nível de desenvolvimento socioeconômico local, em um único número de 0 a 1, através de médias simples dos resultados, mensurado pelos componentes de cada área de avaliação, apresentados no Quadro 4. Conforme demonstrado pelo Sistema FIRJAN:

Especificamente, são acompanhadas as conquistas e os desafios socioeconômicos brasileiros pelo prisma da competência municipal: manutenção de um ambiente de negócios propício à geração local de emprego e renda, educação infantil e fundamental e atenção básica em saúde (FIRJAN, 2018, p. 1).

Quadro 4 - Composição do IFDM

DIMENSÃO	COMPONENTES	FONTE
Emprego & Renda	Geração de emprego formal; Taxa de formalização do mercado de trabalho; Geração de renda; Massa salarial real no mercado de trabalho formal; Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal.	Ministério do Trabalho
Educação	Atendimento à educação infantil; Abandono no ensino fundamental; Distorção idade-série no ensino fundamental; Docentes com ensino superior no ensino fundamental; Média de horas aula diárias no ensino fundamental; Resultado do IDEB no ensino fundamental.	Ministério da Educação
Saúde	Proporção de atendimento adequado de pré-natal; Óbitos por causas mal definidas; Óbitos infantis por causas evitáveis; Internação sensível à atenção básica (ISAB).	Ministério da Saúde

Fonte: FIRJAN (2018)

A defasagem temporal média do IFDM é de dois anos, tendo em vista as publicações estatísticas das bases de dados dos Ministérios, que são apresentados com periodicidades diferentes. O ranking compreende 5.471 cidades brasileiras (99,5% da população), além de fazer comparação com a série histórica iniciada em 2005 (FIRJAN, 2018).

O IFDM considera as principais dimensões do desenvolvimento humano (saúde, educação e emprego e renda) através de médias ponderadas. A avaliação de desenvolvimento de cada dimensão, e do índice final, é calculado de forma simples, variando de 0 a 1, onde resultados próximos de 1 representam alto índice de desenvolvimento e próximos de 0 baixo estágio de desenvolvimento.

3.2.2 Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

A construção dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil (IDS-Brasil) iniciou com movimentos internacionais na década de 1990, através da Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de acompanhar o progresso dos países em direção ao desenvolvimento sustentável, embasados na Agenda 21¹⁰ (IBGE, 2002).

A implementação dos IDS-Brasil foi coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme termo de cooperação técnica firmado em dezembro de 1999, onde foram eleitas as prioridades para avaliação através de “50 indicadores organizados em quatro dimensões - Social, Ambiental, Econômica e Institucional, abrangendo temas como Equidade, Saúde, Educação, População, Habitação, Segurança, Atmosfera, Terra, Oceanos, Mares e Áreas Costeiras”, para o ano de 2002, com poucas modificações nas edições posteriores, contemplando em 2010 as dimensões, temas e indicadores conforme Quadro 5 (IBGE, 2002, p. 11; SOUTO, 2013).

Quadro 5 - Composição do IDS-Brasil

DIMENSÃO	TEMA	INDICADOR
Ambiental	Atmosfera	Emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa; Consumo industrial de substâncias destruidoras da camada de ozônio; Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas.
	Terra	Uso de fertilizantes; Uso de agrotóxicos; Terras em uso agrossilvipastoril; Queimadas e incêndios florestais; Desflorestamento da Amazônia Legal; Área remanescente e desflorestamento na Mata Atlântica e nas formações vegetais litorâneas; Área remanescente e desmatamento no Cerrado.

¹⁰ Documento aprovado por mais de 180 países durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

	Água doce	Qualidade de águas interiores.
	Oceanos, mares e áreas costeiras	Balneabilidade; Produção de pescado marítima e continental; População residente em áreas costeiras.
	Biodiversidade	Espécies extintas e ameaçadas de extinção; Áreas protegidas; Espécies invasoras.
	Saneamento	Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico; Acesso a sistema de abastecimento de água; Acesso a esgotamento sanitário.
Social	População	Taxa de crescimento da população; Taxa de fecundidade; População e terras indígenas.
	Trabalho e rendimento	Índice de Gini da distribuição do rendimento; Taxa de desocupação; Rendimento familiar <i>per capita</i> ; Rendimento médio mensal.
	Saúde	Esperança de vida ao nascer; Taxa de mortalidade infantil; Prevalência de desnutrição total; Imunização contra doenças infecciosas infantis; Oferta de serviços básicos de saúde; Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.
	Educação	Taxa de escolarização; Taxa de alfabetização; Escolaridade.
	Habitação	Adequação de moradia.
	Segurança	Coefficiente de mortalidade por homicídios; Coefficiente de mortalidade por acidentes de transporte.
Econômica	Quadro Econômico	Produto Interno Bruto per capita; Taxa de investimento; Balança comercial; Grau de endividamento.
	Padrões de produção e consumo	Consumo de energia per capita; Intensidade energética; Participação de fontes renováveis na oferta de energia; Consumo mineral per capita. Vida útil das reservas de petróleo e gás natural; Reciclagem. Rejeitos radioativos: geração e armazenamento.
Institucional	Quadro Institucional	Ratificação de acordos globais; Existência de conselhos municipais de meio ambiente.
	Capacidade Institucional	Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento - P&D; Acesso aos serviços de telefonia; Acesso à Internet.

Fonte: SOUTO (2013)

Os IDS-Brasil possuem publicações de fácil leitura de seus indicadores, tanto pela classificação dos indicadores em suas dimensões de desenvolvimento, quanto pela inclusão de elementos que auxiliam na interpretação dos resultados apresentados (tabelas, gráficos, mapas, textos complementares etc.), tornando o relatório, em toda sua composição técnica, uma obra de fácil leitura.

3.2.3 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi adaptado a partir da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global em 2013 para o Brasil, através da cooperação entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), o Instituto de Economia Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro. Como base dados foi utilizado o Censo Demográfico de 2010, contemplando os 5.565 municípios brasileiros, e se recalculou o IDHM para os anos de 1991 e 2000 (PINTO, 2013).

O IDHM abrange as mesmas dimensões do IDH global (renda, saúde e educação), adequando a metodologia a realidade brasileira e o uso de indicadores nacionais, tendo em vista a avaliação dos municípios brasileiros. Desta forma, o IDHM subdivide-se em IDHM Longevidade, IDHM Renda e IDHM Educação, conforme Quadro 6, buscando contar “um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira” (PINTO, 2013, p. 26).

Quadro 6 - Descrição das dimensões do IDHM

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
IDHM Longevidade: Vida longa e saudável	É medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.
IDHM Educação: Acesso ao conhecimento	É medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar se as crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.
IDHM Renda: Padrão de vida	É medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.

Fonte: PINTO (2013)

Assim como o IDH, o IDHM tem como finalidade analisar o processo de desenvolvimento, com foco no âmbito municipal e a qualidade de vida de seus integrantes, servindo como ferramenta na tomada de decisão para instituições públicas e privadas. Contudo a defasagem de tempo, devido a publicação dos dados em que a metodologia se adaptou para utilizar, dificulta seu uso.

3.3 Programas globais de sustentabilidade

Em setembro de 2000, 191 Estados-membros das Nações Unidas reuniam-se na sua sede em Nova York, para a conferência conhecida como Cimeira do Milênio. No final da conferência foi apresentado o documento que ficou conhecido como Declaração do Milênio, onde estavam presentes os objetivos que conduziram os Estados-membros para um futuro comum, onde:

Os líderes definiram alvos concretos, como reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem na pobreza extrema, fornecer água potável e educação a todos, inverter a tendência de propagação do VIH/SIDA e alcançar outros objetivos no domínio do desenvolvimento (ONU, 2000, p.2).

A Declaração do Milênio das Nações Unidas foi o marco fundador dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tratava de oito objetivos globais que deveriam ser alcançados pelos Estados-membros até 2015, nos quais buscavam a eliminação da fome e extrema pobreza no mundo, principalmente nos países menos desenvolvidos, onde estavam presentes as populações mais pobres (ROMA, 2019).

Desta forma, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi de encontro as necessidades comuns das nações entorno do mundo, em suas questões mais críticas. Conforme apresentado por Issa (2017):

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um marco histórico e um método efetivo da mobilização global para alcançar importantes prioridades sociais mundiais. O programa expressa a preocupação pública generalizada sobre a pobreza, a fome, a doença, a escolaridade não atendidas, a desigualdade de gênero e a degradação ambiental, empacotando essas prioridades em um conjunto harmonioso de 8 objetivos e estabelecendo objetivos mensuráveis e de tempo. Os ODM ajudam também a promover a conscientização pública, métricas melhoradas, feedback social e as pressões públicas (*apud* SANCHS, 2012, p. 206).

Os oito ODM contemplam ações no combate à fome e a pobreza, focados na implementação de políticas nas áreas de educação, saúde, saneamento, habitação, meio ambiente, promoção da igualdade de gênero e medidas focadas em estabelecer uma cooperação global com foco no desenvolvimento sustentável, apresentados no Quadro 7 (ROMA, 2019).

Quadro 7 - Objetivos e metas dos ODM

OBJETIVOS	METAS
Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	Reduzir à metade a proporção de pessoas cuja renda seja inferior a U\$1,25 por dia; Alcançar emprego pleno, produtivo e decente para todos, inclusive mulheres e jovens; Reduzir à metade a proporção de pessoas que sofrem com a fome.
Objetivo 2: Alcançar educação primária universal	Garantir que todos os meninos e meninas completem o curso de educação primária.
Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Eliminar a disparidade entre os gêneros na educação primária e secundária preferencialmente até 2005, e em todos os níveis da educação até 2015.
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil	Reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores que 5 anos.
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna	Reduzir a mortalidade materna em três quartos; Alcançar acesso universal à saúde reprodutiva.
Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças	Deter e diminuir a propagação do HIV/AIDS; Alcançar, até 2010, acesso universal ao tratamento do HIV/AIDS para todos aqueles que precisam; Deter e diminuir a incidência da malária e outras doenças.
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e programas de governo dos países; reverter a perda de recursos naturais; Reduzir a perda da biodiversidade, alcançando, até 2010, uma redução significativa da taxa de perda; Reduzir à metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável e saneamento básico; Melhorar a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de favelas até 2020.
Objetivo 8: Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.	Desenvolver a fundo um sistema financeiro e comercial que seja aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório; Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, países sem litoral e Estados em desenvolvimento em pequenas ilhas; Lidar compreensivelmente com as dívidas de países em desenvolvimento; Em parceria com a indústria farmacêutica, prover acesso a medicamentos essenciais nos países em desenvolvimento; Em parceria com o setor privado, tornar disponível os benefícios das novas tecnologias, em especial tecnologias de informação e comunicação.

Fonte: ROMA (2018)

No Brasil, ficou a cargo do “Grupo Técnico de Acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, instituído por meio de Decreto Presidencial, em 31 de outubro de 2003, a implementação dos ODM. Dentre as atribuições estava a adaptação das metas e indicadores a realidade brasileira. Como resultado, algumas das metas eram diferentes e mais ambiciosas do que as estabelecidas a nível global. Os resultados foram apresentados em cinco Relatórios Nacionais de Acompanhamento, sumarizados e consolidados pelo IPEA e o IBGE, sendo estes responsáveis pela seleção dos indicadores e suas análises (ROMA, 2019).

A situação do Brasil perante os ODM, apresentado na 5ª edição do Relatório Nacional de Acompanhamento (último relatório), evidencia o desempenho diante das metas estabelecidas e o resultado das políticas públicas desenvolvidas no período, conforme demonstrado no Quadro 8.

Quadro 8 - Principais resultados dos ODM

OBJETIVOS	RESULTADOS
Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	Em 2007, a meta nacional de reduzir a porcentagem de pobres a ¼ da de 1990, apesar de mais ambiciosa, também foi cumprida e superada em 2008. Além disso, O benefício para superar a pobreza extrema é de pelo menos R\$ 70 por pessoa, que é destinado a famílias extremamente pobres com crianças nessa faixa etária. O início do pagamento, em junho de 2012, reduziu a extrema pobreza total em 40%.
Objetivo 2: Alcançar educação primária universal	Em 2009, 95,3% da faixa etária de 7 a 14 anos frequentavam o ensino fundamental. No mesmo ano, 75% dos jovens que haviam atingido a maioridade concluíram o ensino fundamental. A educação básica brasileira já atende a 98% da população: mais de 50 milhões de crianças e jovens. O investimento em educação básica foi R\$ 114,3 bilhões em 2012, um aumento de 19,12% em relação a 2011. Também em relação a 2011, houve reajuste de 21,2 % no valor mínimo investido por aluno.
Objetivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Entre 2003 e 2011, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina cresceu 17,3%, enquanto a PEA masculina aumentou 9,7%. A participação das mulheres na PEA passou de 44,4% em 2003, para 46,1% em 2011. No mesmo período, as mulheres aumentaram sua participação na população ocupada, passando de 43,0% para 45,4%. Diminuíram as diferenças entre os rendimentos do trabalho. Entre 2003 e 2011, o rendimento real médio das mulheres cresceu 24,9%, variação superior à observada entre os homens. A remuneração média das mulheres passou a corresponder a 72,3% da masculina, em 2011, situação menos desigual que em 2003, quando esta proporção equivalia a 70,8%.
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil	A taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano) por mil nascidos vivos passou de 29,7, em 2000, para 15,6, em 2010. Essa taxa é menor que a meta prevista para 2015, de 15,7 por mil nascidos vivos. A queda mais acentuada ocorreu na região Norte (-58,6%), que ainda apresenta a taxa mais elevada do Brasil: 18,5 por mil nascidos vivos. A taxa de mortalidade das crianças abaixo de cinco anos apresentou queda de 65% entre 1990 e 2010. O número de óbitos por mil nascidos vivos passou de 53,7 para 19 óbitos. Os indicadores demonstram que tanto as taxas de mortalidade na infância (menores de 5 anos) e infantil (menores de 1 ano) apresentaram forte queda entre 1990 e 2010. A mortalidade infantil está concentrada nos primeiros meses de vida, no período neonatal precoce (0 a 6 dias) e neonatal tardio (7 a 27 dias).
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna	Segundo estimativas da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, a razão da mortalidade materna era de 141 por 100 mil nascidos vivos em 1990 e declinou para 68 por 100 mil nascidos vivos em 2010. Entre janeiro e setembro de 2011, a mortalidade materna diminuiu 21%. Ocorreram 1.038 óbitos por complicações na gravidez e no parto, contra 1.317 no mesmo período de 2010. A meta é atingir 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2015.
Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças	A experiência brasileira de combate à epidemia de HIV/AIDS se tornou uma referência mundial. Desde o início da epidemia, em 1980, até junho de 2011, o Brasil registrou 608,2 mil casos de AIDS, mas a taxa de incidência passou de 20,0 por 100 mil habitantes em 2003 para 17,9 por 100 mil habitantes em 2010. Foram notificados, em 2010, 34.218 novos casos da doença. O Brasil tem conseguido controlar a malária. O número de exames positivos por mil habitantes caiu de 33,2, em 1990, para 13,1 em 2010.

	Também em relação à tuberculose, o Brasil tem conseguido alcançar a meta de reduzir a incidência: o número de casos novos por 100 mil habitantes caiu de 51,8, em 1990, para 37,6, em 2010. O Brasil antecipou em cinco anos o cumprimento da meta dos ODM, que era reduzir pela metade os óbitos pela doença entre 1990 e 2015.
Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	A taxa de desmatamento da Amazônia entre agosto de 2010 e julho de 2011 foi a menor registrada desde a primeira medição feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 1988. A área de 6.418 km ² desmatada no período é 76,9% menor do que a registrada em 2004, quando foi criado o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Atualmente, 81,2% da floresta original da Amazônia permanecem conservados. Em relação aos compromissos de Copenhague, O Brasil já havia reduzido a emissão de gases de efeito estufa em 19,2%, até 2011, apenas como efeito da diminuição do desmatamento na Amazônia. É mais que a metade da meta voluntária, de 36,1%, a ser alcançada em 2020. Quanto ao desmatamento, o compromisso é alcançar uma redução de 80% em relação à média anual registrada entre 1996 e 2005. A queda do desmatamento já corresponde a 67% dessa meta.
Objetivo 8: Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.	Alcançar o desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva de toda a comunidade internacional. No caso brasileiro, a implementação de políticas públicas é no sentido de aumentar a inclusão social. Em uma federação complexa como a brasileira é necessário realizar esforços para tornar a gestão municipal eficiente e eficaz e capaz de acelerar a execução dos investimentos públicos, de manter as políticas sociais, de realizar ações de diversificação da economia local, bem como de melhorar o ambiente de negócios e a qualidade do gasto público. Sobre a pauta brasileira com outros países, deve-se destacar a intensificação da agenda bilateral e o fortalecimento das relações com países da América Latina e Caribe.

Fonte: IPEA (2014)

Com o propósito de renovar e ampliar os compromissos globais de sustentabilidade, foi realizado no Rio de Janeiro, em junho de 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20. O resultado dessa conferência foi o documento intitulado “O Futuro que Queremos”, que lançava as bases para um novo conjunto de objetivos, com suas metas, que vigoraria ao término dos ODM (ROMA, 2019).

Em setembro de 2015, seguindo mais de dois anos de negociações, foram anunciados, na Assembleia Geral das Nações Unidas, os objetivos a serem alcançados nos próximos quinze anos, pelos 193 Estados-membros integrantes. O documento resultante desta assembleia foi denominado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, contemplando um plano de ação tendo em vista a prosperidade para as pessoas e o planeta (OKADO, 2016). Como acentua Gomes e Ferreira (2018), renovam-se as tendências para alavancar o desenvolvimento sustentável, com o fortalecimento da economia verde e a busca da erradicação da pobreza, resumidamente,

e de acordo com o documento político final da reunião, os países renovaram o compromisso de 1992 no que concerne a algumas matérias como: 1 – tornar a economia mais verde, ou seja, aprendendo e partilhando informações internacionais; 2 – lidar globalmente com a sustentabilidade, neste item inclui a adesão de todos os países em fóruns internacionais; 3 – procurar fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; 4 – esclarecer os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (*apud* COSTA, 2013, p. 42).

A Agenda 2030 estabelece um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas, apresentadas no Quadro 9, tendo início em 1 de janeiro de 2016. O detalhamento das metas de cada ODS encontra-se no Anexo II. No Brasil, a governança para implementação dos ODS foi instituída por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS).

Quadro 9 - Objetivos e descrição dos ODS

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO
Objetivo 1. Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
Objetivo 2. Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3. Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
Objetivo 4. Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
Objetivo 5. Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Objetivo 6. Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
Objetivo 7. Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
Objetivo 8. Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
Objetivo 9. Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
Objetivo 10. Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
Objetivo 11. Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
Objetivo 12. Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
Objetivo 13. Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
Objetivo 14. Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 15. Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
Objetivo 17. Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: SILVA (2018)

No âmbito das 169 metas estabelecidas a nível global pela ONU, 167 se enquadravam como pertinentes a realidade brasileira, tendo apenas adequações em seus textos para as especificidades nacionais, buscando maior clareza e precisão dos resultados. Além disso, foram criadas 8 novas metas, ficando em 175 metas nacionais, divididas em 99 finalísticas¹¹ e 76 de implementação¹² (SILVA, 2018).

Deste modo, serão utilizadas as 175 metas estabelecidas para o Brasil, dentro dos 17 ODS, juntamente com a metodologia e indicadores do IDMS para realização das avaliações e diagnóstico de desenvolvimento sustentável no município de Palmas/TO, tendo em vista o apoio na formulação de políticas públicas.

¹¹ Metas Finalísticas: são aquelas cujo objeto relaciona-se diretamente (imediatamente) para o alcance do ODS específico (SILVA, 2018).

¹² Metas de implementação: no documento da Agenda 2030, as metas de implementação referem-se a recursos humanos, financeiros, tecnológicos e de governança (arranjo institucional e ferramentas: legislação, planos, políticas públicas, programas etc.) necessários ao alcance dos ODS (SILVA, 2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados será dividida em quatro partes, sendo estas as dimensões do IDMS, e vinculando as metas dos ODS na apresentação das subdimensões e seus indicadores. Para melhor visualização dos dados, serão apresentados apenas as subdimensões e seus indicadores nas tabelas dos resultados, contudo todas as variáveis do IDMS podem ser consultadas no Anexo I.

4.1 Dimensão Sociocultural

As subdimensões que compõem a Dimensão Sociocultural estão estreitamente relacionadas aos direitos sociais e previstos, em sua maioria, no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, onde diz, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Deste modo, um município sustentável deve apresentar condições para que seus cidadãos tenham acesso aos seus direitos fundamentais, garantindo, assim, sua qualidade de vida. Esta dimensão está dividida em quatro subdimensões: educação, saúde, cultura e habitação, dispostas na Tabela 1.

Tabela 1 - Resultados da dimensão sociocultural

SOCIOCULTURAL	2012	2014	2016	2018
EDUCAÇÃO	0,737	0,736	0,720	0,740
Acesso e Permanência Escolar	0,696	0,698	0,674	0,705
Desempenho Escolar	0,742	0,654	0,688	0,688
Infraestrutura Escolar	0,633	0,717	0,676	0,727
Qualidade de Ensino	0,875	0,876	0,840	0,842
SAÚDE	0,839	0,866	0,822	0,829
Cobertura da Atenção Básica	0,725	0,824	0,819	0,955
Fatores de Risco e Proteção	0,737	0,748	0,766	0,656
Morbidade	0,991	1,000	-	-
Mortalidade	0,901	0,892	0,882	0,875
CULTURA	0,771	0,638	0,840	0,863
Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura	0,600	0,600	1,000	1,000
Infraestrutura Cultural	1,000	0,461	0,845	0,845
Iniciativas Culturais da Sociedade	0,938	0,938	0,936	0,936
Recursos na Cultura	0,545	0,553	0,581	0,671
HABITAÇÃO	0,797	0,797	0,797	0,797
Estrutura de Gestão para Políticas Habitacionais	1,000	1,000	1,000	1,000
Qualidade Habitacional	0,593	0,593	0,593	0,593
TOTAL DA DIMENSÃO	0,782	0,778	0,775	0,789

Fonte: CNM (2018)

A subdimensão educação – vinculada diretamente ao Objetivo 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos – busca avaliar a qualidade do ensino ofertado a comunidade¹³, bem como os elementos necessários para seu pleno funcionamento, buscando estimar suas contribuições para processo de desenvolvimento sustentável de um município. Esta subdimensão é composta por quatro indicadores: acesso e permanência escolar, desempenho escolar, infraestrutura escolar e sua qualidade.

O indicador de Acesso e Permanência Escolar busca avaliar o ingresso da população ao sistema educacional, sendo este um direito constitucional. O indicador será composto pela taxa de abandono escolar, a distorção entre idade dos alunos e a série a qual frequentam, além do desempenho acadêmico e da capacidade de atendimento da demanda escolar do município.

O abandono escolar é uma realidade presente para os milhões de brasileiros e, segundo o IBGE (2020), a renda é um dos fatores que mais influência nos percentuais de atraso e abandono escolar entre os jovens de 15 a 17 anos. Em 2018, 11,8% dos jovens mais pobres chegaram a abandonar os estudos sem concluir o ensino médio. Entre os jovens mais ricos, esse percentual é oito vezes menor (1,4%).

Aproximadamente 737 mil jovens brasileiros, dentro da faixa etária supramencionada, encontravam-se na situação de abandono escolar (IBGE, 2020). O reflexo desse fenômeno também pode ser percebido dentro da variável “Abandono Escolar - Ensino Médio”, pois, mesmo apresentando redução de 8,5% (2012) para 7,3% (2018), quando comparado com 25% dos municípios com menor taxa de abandono, Palmas apresenta níveis alarmantes (baixa sustentabilidade) de evasão escolar. Em contraponto, os anos iniciais e finais do ensino fundamental retratam níveis altos de sustentabilidade, conforme o IDMS. Tais preocupações são estabelecidas no Objetivo 4, através das metas:

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes. 4.2 Até 2030, assegurar a todas as

¹³ Conforme o Art. 30º da Constituição Federal de 1988, onde apresenta as competências dos municípios, em seu inciso VI enuncia, “manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental”. Além disso, considerando a importância do Ensino Médio para o desenvolvimento dos municípios, o mesmo adentra na avaliação desta subdimensão.

meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental (SILVA, 2018, p. 111 e 113).

As ações que buscam evitar o abandono escolar atuam principalmente em duas frentes de esforços: o acesso e a manutenção do jovem na escola. No debate sobre acesso, busca-se garantir a quantidade de vagas conforme a demanda e transporte público com qualidade e segurança, assegurando que os alunos transitem até as escolas e retornem as suas residências. O mesmo deve se estender a regiões ribeirinhas e rurais, buscando soluções regionais para atender tais necessidades (BOJCZUK, 2020). Deste modo, também é possível atender a meta:

4.5 Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade (SILVA, 2018, p. 119).

No que se refere a manutenção dos jovens na escola, torna-se importante o acompanhamento ativo desses estudantes. Métricas e documentações de sua trajetória acadêmica, buscando antecipar ações que auxiliem no desenvolvimento dos alunos. Segundo Bojczuk (2020), “O jovem e a família que se veem amparados e percebem real interesse em ajudá-los empaticamente podem reconsiderar certas decisões a respeito da escola, recuperando o tempo perdido”.

O fator tempo, do pondo de vista idade/série, também são de extrema importância na composição desse primeiro indicador e são abordados em duas variáveis. Primeiramente, na taxa de atendimento escolar¹⁴, que avalia as pessoas que frequentam a escola na faixa etária correspondente em relação a população residente no município na mesma faixa etária. Em relação ao Ensino Fundamental, cerca de 98% dos alunos estão na série correspondente a sua faixa etária, quando avaliamos o Ensino Médio e a Educação Infantil, essas taxas caem para 87% e 78%, respectivamente.

Tal variável reflete-se diretamente nas observações feitas no parâmetro Distorção Idade-Série, que verifica os alunos matriculados em séries não correspondentes a sua idade. Em comparação as taxas nacionais apresentadas no

¹⁴ Conforme salienta o Manual Técnico do IDMS, “os dados do Censo Demográfico 2010 são tomados por meio de entrevistas. Logo, a fidedignidade dos dados é influenciada pela veracidade das respostas dadas ao questionário da pesquisa.

Censo Escolar de 2018 (17,2% para o Ensino Fundamental e 28,2% para o Ensino Médio), Palmas apresenta melhor desempenho, com queda de 14,7% (2012) para 8,6% (2018) no Ensino Fundamental e de 28,9% (2012) para 25,1% (2018) no Ensino Médio, no entanto, quando comparados aos 25% dos municípios com menor taxa para esta variável¹⁵, Palmas está próxima de um nível alto de sustentabilidade no Ensino Fundamental, enquanto tem um longo caminho a percorrer para chegar em níveis aceitáveis no Ensino Médio.

Em sequência, o indicador de Desempenho Escolar é obtido através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Conforme apresentado pelo INEP (2021):

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2005 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

O IDEB é importante condutor nas políticas educacionais em prol de sua qualidade. Além disso, tinha como objetivo que o Brasil atingisse patamares educacionais da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para isso, significava sair de uma média de 3,8 (2005) para um Índice de 6,0 (o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estabeleceu como meta para 2021, que o IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nos Anos Finais sejam 6,0 e 5,5, respectivamente).

O município de Palmas conseguiu atingir a meta estabelecida pelo governo em 2015 (6,0) e superá-la em 2017, para os Anos Iniciais (1º ao 5º ano), saindo de 5,7 (2012) para 6,5 (2018). Contudo, nos Anos Finais (6º ao 9º ano), mesmo com o progresso conquistado de 2012 (4,7) a 2018 (5,3), ainda não conseguiu atingir a meta (estando 0,2 pontos abaixo da meta), mas estando dentro do prazo para alcançá-la.

O progresso conquistado no Indicador de Desempenho Escolar apresenta alto nível de sustentabilidade e são reflexos do processo de melhora na qualidade do ensino, mensurado por meio da média dos alunos na Prova Brasil (português e matemática) e a aprovação dos alunos medida através dos dados do Censo Escolar.

A capacidade de ofertar melhores condições de ensino pelas escolas, também está diretamente associada à sua infraestrutura, precisando esta ser um instrumento

¹⁵ Em 2018 a média dos 25% dos municípios com menores taxas de Distorção Idade-Série foi de 3,577% para o Ensino Fundamental e 8,719% para o Ensino Médio.

que assegure o bom funcionamento das aulas e facilite a transmissão de conhecimento.

Para a variável “Unidades Escolares com Estruturas Mínimas Adequadas”, são considerados estruturas mínimas: acesso à internet, alimentação, banheiros dentro do prédio da escola, biblioteca, energia elétrica, laboratório de informática, quadra esportiva, rede pública de água, rede pública de esgoto ou fossa séptica e sala dos professores.

Conforme dados apresentados no Censo Escolar de 2017 (INEP, 2021), as escolas brasileiras apresentam uma deficiência ao avaliar o quesito infraestrutura. Nas escolas de ensino fundamental, apenas 41,6% dispõem de rede de esgoto e 52,3% contam com fossa. Conforme o estudo, em 6,1% dessas escolas não existe esgotamento sanitário. Além disso, a situação sanitária encontra-se mais alarmante principalmente em Estados da região norte (Acre, Amazonas, Pará e Roraima).

Em Palmas, 84,6% das escolas contemplam as estruturas mínimas analisadas nesta variável, para o ano de 2018. A rede é composta por 156 centros educacionais, sendo 1 federal, 32 estaduais, 75 municipais e 50 particulares. Segundo o Ministério da Educação (2004), “a maioria dos edifícios escolares restringe o processo educativo, ao não explorar as possibilidades pedagógicas do espaço físico e dos seus arranjos”, ressaltando a necessidade de investimento e manutenção da infraestrutura escolar, conseguindo contemplar a meta:

4.a Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos (SILVA, 2018, p. 126).

O papel dos educadores qualificados e uma gestão com planejamento sólido são de suma importância na oferta de um ensino de qualidade. Apesar de não ser uma tarefa simples e que perpetua mais de uma gestão, deve ser um processo contínuo nos programas e políticas públicas.

Ao avaliar a variável Docente com Curso Superior busca-se apurar a capacidade de transmissão do ensino para os alunos. No IDMS de 2018, docentes com curso superior correspondiam a 78,3% nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e de 94,0% nos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental. No ensino médio, 97,6% dos docentes possuem nível superior. Nesta variável, estabelece-se como meta que 100,0% do corpo docente, em ambos os níveis. Além disso, ressalta-se a mesma preocupação de qualidade do ensino dentro dos ODS na meta:

4.c até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional (SILVA, 2018, p 130).

Segundo o Parecer Técnico 8/2010, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE):

Os desafios para a construção de uma educação de qualidade para todos os brasileiros passam, sobretudo, pela valorização da carreira do magistério (valorização salarial, plano de carreira, formação inicial e continuada, e condições de trabalho), financiamento e gestão da educação, e estabelecimento de padrões mínimo de qualidade para nossas escolas públicas de Educação Básica (RAMOS, 2010, p. 8 e 9).

Uma das ações estratégicas do Ministério da Educação, buscando a formação dos professores, foi o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que por meio de cooperação junto as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, busca elevar o padrão de qualidade da qualificação dos professores da escola públicas.

Finalizando a subdimensão educação, temos a variável Analfabetismo, sendo está obtida através do Censo Demográfico. Dentro do conceito abordado pelo IBGE, determinam que:

[...] são analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem. Aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram, e as que apenas assinam o próprio nome também são consideradas analfabetas (SIDEMS, 2018, p. 40).

A preocupação com a qualidade do ensino, visando a alfabetização de jovens e adultos, busca levar essa variável a patamares próximos ou igual a 0. Atualmente, para os anos de avaliação do IDMS em estudo, a taxa de analfabetismo em Palmas/TO é igual a 3,75%. A erradicação do analfabetismo também é prevista nos ODS, dentro da meta 4.6: “Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática” (SILVA, 2018, p. 121).

A subdimensão saúde – que abrange as discussões do Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades – busca em seus indicadores auxiliar o município na tomada de decisão de seus investimentos em tal área. Também prevista na Constituição Federal de 1988, trata-se de competência dos Entes da Federação, através de cooperação financeira e técnica, devendo ser prioridade nas políticas públicas em saúde.

Em seu primeiro indicador, Cobertura da Atenção Básica, considera as

estratégias abordadas na Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, onde “Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)” (MS, 2012, p. 13).

A Atenção Básica no Brasil apresenta alto grau de capilaridade e descentralização, ocorrendo no local mais próximo aos cidadãos, sendo orientada pelos “princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social” (MS, 2012, p. 9).

No IDMS de 2018, Palmas conseguiu atingir 100,0% da População Atendida por Equipes de Atenção Básica, um aumento de 25,2% em relação a avaliação de 2012. Além disso, para 2018 a População Atendida por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) atinge 99,0%. Dentro das metas dos ODS, cabe a 3.8 as incumbências sobre a Cobertura da Atenção Básica, onde busca:

Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS (SILVA, 2018, p. 94).

Dentro da implementação das políticas em saúde, busca-se a promoção, prevenção, recuperação e proteção da saúde da população, através de modelos de atenção em saúde que integrem ações de melhoria na qualidade de vida. Nessa perspectiva, os indicadores Fatores de Risco e Proteção, Morbidade e Mortalidade avaliam a fatores que ameaçam a qualidade de vida e evitar que os mesmos ocorram. Na Tabela 2 são apresentados os valores observados para o IDMS dos anos de 2012 e 2018.

Tabela 2 - Valores observados para os Fatores de Risco e Proteção, Morbidade e Mortalidade

Fatores de Risco e Proteção, Morbidade e Mortalidade	2012	2018
Cobertura de Vacinas (%)	73,47	56,32
Nascidos Vivos com Baixo Peso (%)	7,36	8,39
Nascidos Vivos com 7 ou mais consultas pré-natal (%)	62,64	67,83
Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo (%)	79,00	72,72
Incidência de Hipertensão (%)	4,23	-
Mortalidade Infantil (1.000 hab)	16,62	11,93
Mortalidade por Causas Externas (100.000 hab)	64,44	82,50
Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório (100.000 hab)	82,62	81,03
Mortalidade por Doenças do Aparelho Digestivo (100.000 hab)	18,59	18,33
Mortalidade por Doenças do Aparelho Respiratório (100.000 hab)	26,03	28,23

Mortalidade por Doenças do Sistema Nervoso (100.000 hab)	7,02	8,07
Mortalidade por Doenças Parasitárias e Infecciosas (100.000 hab)	13,22	15,40
Mortalidade por Neoplasia Maligna (Câncer) (100.000 hab)	60,31	68,57

Fonte: CNM (2018)

O primeiro ponto a se destacar está na queda de 17,1% na cobertura vacinal, não sendo este um movimento isolado do município de Palmas. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Saúde, os principais imunizantes do Programa Nacional de Imunizações (PNI), avaliados entre os anos de 2011 e 2016, apresentaram redução na procura pela população. Imunobiológicos como o Poliomielite, a DTP/HiB/HB e a Tríplice Viral apresentaram queda de 28,1%, 19,9% e 6,1% no Brasil, respectivamente, provocando o ressurgimento de doenças que já foram erradicadas.

O aumento na Mortalidade por Causa Externas, reflete aspectos de desenvolvimento socioeconômicos e culturais. Vinculados a essa variável estão fatores de riscos específicos para cada tipo de violência ou acidente, onde expressa a dispensa de assistência médica e qualidade do registro da ocorrência, pode ser aferidos em acidentes de transportes, feminicídios, entre outros.

Na busca por melhor promoção da vida e bem-estar da população e considerando os indicadores da subdimensão saúde, os ODS apresentam diversas metas que atendem a redução da mortalidade, dependências químicas, abrangência do atendimento médico gratuito e melhoria dos serviços em saúde, bem como o incentivo a investimentos em pesquisa e tecnologia na área, e qualificação de seus profissionais, contempladas dentro do Objetivo 3.

Passando para a subdimensão cultura, fundamental no processo de desenvolvimento municipal e na qualidade de vida de sua população, está atende a criação de uma identidade local. As metas que atendem o campo cultural e sua valorização estão distribuídas em 4 objetivos, atuando de forma multidimensional, ora ligada a questões educacionais, outras vezes atuando no próprio desenvolvimento socioeconômico. Segundo Miranda, quando se debate a infraestrutura cultural:

[...] nós temos um caminho grande a percorrer, no nível nacional, estadual, municipal... Temos avançado muito e temos conseguido organizar ações que atendam a essa necessidade. Quando falo infraestrutura, refiro-me a espaços, equipamentos. A estrutura é propriamente a legitimidade e os meios pelos quais a criação cultural e artística pode transitar, ser difundida e apreciada, como ideia, conceito ou prática. (MIRANDA, 2010, p. 94).

No indicador Infraestrutura Cultural são avaliados os equipamentos socioculturais¹⁶ e meios de comunicação. A queda presente neste indicador está associada ao avanço no parâmetro de comparação dos meios de comunicação, onde a média dos 25% dos municípios com melhor cresceram de 2012 para 2018. No quesito equipamentos socioculturais, Palmas mantém o nível máximo tanto em 2012 quanto em 2018. Diante disso, com o intuito de proteção do patrimônio cultural, temos a Meta 11.4 “Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial” (SILVA, 2018, p. 280).

A construção de debates para elaboração das políticas públicas em cultura está presente no indicador Estruturação da Gestão para Promoção da Cultura. Este atende a adesão do Sistema Nacional de Cultura (SNC) – aderido em 2012 pelo município de Palmas –, instituído pela Emenda Constitucional 71, de 29 de novembro de 2012, onde busca a promoção conjunta de políticas culturais junto aos entes da Federação. Também atende a presença do Conselho de Política Cultural, sendo este órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo. E para fins de incentivo financeiro, o município de Palmas também contempla um Fundo Municipal de Cultura exclusivo. Desta forma, é possível atender a meta 8.9 “Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais” (SILVA, 2018, p. 213).

No indicador Recursos da Cultura está presente um dos pontos a serem melhorados, dentro da variável Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida. Em média, nos 25% dos melhores municípios para esta variável, o investimento em cultura chega a 4,6% da Receita corrente líquida, enquanto Palmas investe apenas 1,6%.

As demais metas dos ODS que atendem o campo da cultura estão distribuídas junto a área da educação, ciência e tecnologia, como a meta 4.7 que busca garantir os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, e, entre outras coisas, valorização da diversidade cultural e da

¹⁶ Para fins metodológicos, são equipamentos culturais: Arquivo Público e/ou centro de documentação; Banca de Jornal; Biblioteca Pública; Centro Cultural; Centro de Artesanato; Circo fixo; Cinemas; Clube ou Associação Recreativa; Concha Acústica; Estádios ou Ginásios Poliesportivos; Galeria de Arte; *Lan house*; Livraria; Loja de Discos, CDS, fitas ou DVDs; Museu; Ponto de Leitura; Ponto de Memória Shopping Center; Teatro ou Sala de espetáculo; Unidade de Ensino Superior; Videolocadoras.

contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. Além da meta 12.b, onde procura implementar ferramentas que monitorem o desenvolvimento sustentável para o turismo e cultura.

Para finalizar a Dimensão Sociocultural, temos a subdimensão habitação, onde tem como objetivo avaliar a difusão do acesso à moradia de qualidade. Esta subdimensão é composta por dois indicadores, um focado na gestão de políticas públicas habitacionais e seu financiamento, e o segundo na qualidade das moradias.

O indicador Estrutura de Gestão para Políticas Habitacionais é composto pelo Conselho, Plano e Fundo habitacional. Previsto na Lei Federal 11.124/2005 que discorre sobre Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Conselho Municipal de Habitação deve estabelecer a alocação dos recursos, linhas de ação e beneficiários dos programas habitacionais – sendo este presente em todos os anos de avaliação do IDMS. Além deste, fez-se necessário a presença do Fundo Municipal de Habitação, tendo em vista receber os recursos destinados à manutenção e implementação do SNHIS. Por fim, o Plano Municipal de Habitação, que deve definir as características e especificidades locais, junto a sua demanda, sendo este o instrumento de implementação do SNHIS. Dentro dos ODS, a preocupação com a gestão habitacional está presente na meta:

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade (SILVA, 2018, p 271).

No indicador de Qualidade Habitacional são expressas as condições de moradia, incluindo a necessidade de energia elétrica dos domicílios, uma unidade de uso exclusivo existente no domicílio e a densidade excessiva nos dormitórios – onde apresenta alta densidade nos dormitórios. A fonte de dados utilizadas para esta avaliação são os dados do Censo Demográfico, desta forma, para todos os anos de comparação o indicador permaneceu igual. Além disso, a universalização do acesso à energia é prevista em todas as metas do Objetivo 7 – Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

Desta forma, a Dimensão Sociocultural apresenta nível médio alto de sustentabilidade para a avaliação de 2018. Os indicadores em alerta, que foram debatidos dentro de suas subdimensões são Desempenho Escolar – com destaque para os anos finais –, Fatores de Risco e Proteção – pela tendência nacional de queda na cobertura de vacinação –, Recursos na Cultura – em relação ao Investimento em

Cultura sobre a Receita Corrente Líquida – e Qualidade Habitacional.

4.2 Dimensão econômica

A Dimensão Econômica busca evidenciar a consolidação de uma base econômica forte, capaz de garantir riqueza e equidade social, no curto e longo prazo. Deste modo, o processo de desenvolvimento sustentável preocupa-se com os mecanismos, capacidade social e as condições mínimas viáveis durante sua criação.

Tabela 3 - Resultados da dimensão econômica

ECONÔMICA	2012	2014	2016	2018
ECONOMIA	0,696	0,715	0,706	0,677
Agregação de Valor Econômico	0,591	0,626	0,629	0,631
Dinamismo Econômico	0,677	0,700	0,669	0,656
Nível de Renda	0,820	0,820	0,820	0,743
TOTAL DA DIMENSÃO	0,696	0,715	0,706	0,677

Fonte: CNM (2018)

Para tal, faz-se necessário o constante acompanhamento dos dados referente a economia local, permitindo tomadas de decisões que facilitem o caminho para o desenvolvimento sustentável, expresso nos indicadores presentes na Tabela 3.

O seu primeiro indicador, Agregação de Valor Econômico, demonstra o potencial da atividade econômica municipal, junto ao retorno que o mesmo produz por meio da arrecadação tributária. Dentro deste, são avaliados o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) *Per Capita*, tendo em vista que 25% deste recurso arrecadado é distribuído aos municípios, e o Imposto sobre Serviços (ISS) *Per Capita*, com o objetivo de calcular a riqueza do município conforme sua arrecadação por habitante. Tanto ISS quanto o ICMS *per capita* apresentaram crescimento na comparação de 2012 para 2018, de 61,7% e 8,6%, respectivamente, no entanto, o ICMS *per capita* é destoante quando comparado aos 25% dos melhores municípios para este indicador. Além disso, a arrecadação de impostos e outras receitas também é previsto dentro da meta 17.1 dos ODS.

Ao passarmos para o Dinamismo Econômico são avaliados os fatores e condições que impulsionam a geração de emprego, renda e consumo dentro do município. Para tal, foi acompanhado a evolução do PIB, com aumento de 99,7% no valor observado para o IDMS de 2012 e 2018. Esta variável é utilizada como base na formulação de programas de desenvolvimento e formulação das políticas públicas.

Para acompanhar a geração de emprego, foi utilizada a evolução dos empregos formais e a evolução dos estabelecimentos empresariais. Os empregos formais vêm apresentando queda nos últimos dois anos de acompanhamento, de 1,2% (2016) e 0,8% (2018), junto com a tendência de baixa da evolução dos estabelecimentos empresariais, de 7,3% (2012) para -0,4% (2018).

No quesito poder de compra, comparamos juntamente o PIB *per capita* e o Índice de Gini, podendo avaliar o poder de compra com a concentração de renda na população. O PIB *per capita* aumentou de R\$ 18.470,02 (2012) para R\$ 27.135,06, alta de 46,9%, contudo Palmas apresenta uma concentração de renda de 0,59 pelo Índice de Gini, demonstrando a má distribuição de renda em sua população.

Como último indicador na dimensão econômica, temos o Nível de Renda, com o objetivo de identificar o potencial de consumo das famílias e sua promoção de crescimento. Neste ponto, são avaliados os domicílios em extrema pobreza, sendo este constante em todos os anos de observação por serem dados do Censo Demográfico, onde 8,3% dos domicílios de Palmas apresentavam situação de risco. Além disso, a remuneração média dos empregos formais evidenciou crescimento de 30,7%, chegando a R\$ 3.412,56 (2018).

As questões referentes a emprego, renda e consumo estão distribuídas em diversos objetivos dos ODS. As metas que compõem a o Objetivo 1, por exemplo, buscam acabar com a pobreza em todas as suas formas, no Objetivo 2, pretende-se erradicar a fome, alcançando maior segurança alimentar e melhoria da nutrição, no Objetivo 8, espera-se promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos, na meta 4.4 que busca a qualificação de jovens e adultos para inserção no mercado de trabalho, na meta 9.2 para fomentar atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, na meta 10.1 busca alcançar e sustentar o crescimento da renda da população mais pobre, na meta 11.5 pretende-se reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica relacionadas a pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade, entre outras.

A Dimensão Econômica apresenta nível médio de sustentabilidade dentro do IDMS de 2018, tendo como principais pontos de alerta as variáveis focadas na geração de novos empregos formais e surgimento de novos empreendimentos. Além

disso, a redução da pobreza e distribuição de renda devem fazer parte integrante das políticas públicas no município de Palmas.

4.3 Dimensão ambiental

A Dimensão Ambiental busca a preservação dos recursos naturais, e como foi dito por Sanchs (2008), devem estes conseguir atender as necessidades do presente sem comprometer as próximas gerações. Deste modo, são necessários aperfeiçoamentos da forma que se utiliza o meio ambiente, buscando minimizar os impactos causados pela ação humana, sendo estes apresentados junto a subdmensão Meio Ambiente, presente na Tabela 4.

Tabela 4 - Resultados da dimensão ambiental

AMBIENTAL	2012	2014	2016	2018
MEIO AMBIENTE	0,843	0,843	0,843	0,843
Cobertura De Saneamento Básico	0,779	0,779	0,779	0,779
Gestão Ambiental	0,750	0,750	0,750	0,750
Preservação Ambiental	1,000	1,000	1,000	1,000
TOTAL DA DIMENSÃO	0,843	0,926	0,843	0,843

Fonte: CNM (2018)

A lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo este um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das redes urbanas, buscando através do indicador de saneamento básico a preservação do meio físico e garantia da saúde da população. Os dados avaliados neste indicador são obtidos através do Censo Demográfico, permanecendo o mesmo em todos os anos de avaliação. Assim sendo, desde 2012 o município de Palmas já atendia 97,0% de sua população com coleta de lixo, a rede pública de água contemplava 96,0% da cidade e a rede geral de esgoto ou fossas sépticas era realidade de 69,0% das residências.

O indicador de Gestão Ambiental visa atender estratégias que difundam uma cultura de proteção e atenção às questões ambientais. Dentro deste está presente a adoção de uma agenda local com foco construção de uma sociedade sustentável, com diferentes bases de sustentação, focados na preservação ambiental, eficiência econômica e justiça social. Além disso, é avaliado a presença de licenciamento de

impacto local pelo poder executivo municipal, visando o uso consciente dos recursos naturais junto ao desenvolvimento do município. A agenda local com foco na sustentabilidade encontra-se em fase de elaboração e implementação no município de Palmas e o licenciamento é realidade desde o primeiro ano de avaliação.

Dentro do indicador de Preservação Ambiental são determinadas as preocupações com destruição da fauna e flora local, tendo como foco a estruturação de políticas públicas de conservação e preservação dos recursos naturais. Neste indicador são observadas as áreas de matas e florestas naturais preservadas nas propriedades agropecuárias, tendo em vista o nível mínimo de deterioração destas, mantendo a capacidade de sustentabilidade ecológica. Este dado é obtido no Censo Agropecuário, ficando estático para o período de avaliação, com 32,3% de preservação das matas e florestas nativas.

As preocupações com a sociedade e o meio ambiente são presentes em várias sessões dos ODS. Na meta 2.a pretende-se fomento técnico e tecnológico para uma produção agrícola ambientalmente sustentável, na meta 8.4 tenta promover a eficiência na utilização dos recursos globais no consumo e na produção, a meta 9.4 almeja processos industriais mais limpos e ambientalmente adequados, a meta 9.5 busca a capacitação das empresas visando um crescimento econômico socioambiental inclusivo, a meta 15.7 apresenta as preocupações na preservação e proteção da fauna e flora, dentre outras.

A Dimensão Ambiental apresenta nível médio alto de sustentabilidade conforme verificado no IDMS de 2018, ficando pendente nesta dimensão a implementação de uma agenda local de sustentabilidade e a ampliação de serviços de saneamento que atendam toda a população.

4.4 Dimensão político-institucional

A Dimensão Político-Institucional faz frente a três categorias vinculadas, direta ou indiretamente, ao poder público municipal. Primeiramente, o processo de cidadania, destacando nesta a participação do cidadão dentro da sociedade. Em seguida, execução do poder público e suas articulações para garantir o processo de desenvolvimento. Por fim, a gestão financeira municipal, apontando a relação entre receita e despesas. Assim, as subdimensões dividem-se em: participação social, gestão pública e finanças públicas, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Resultados da dimensão político institucional

POLÍTICO INSTITUCIONAL	2012	2014	2016	2018
FINANÇAS PÚBLICAS	0,635	0,752	0,700	0,656
Capacidade de Receita	0,600	0,845	0,836	0,831
Estímulo ao Investimento	0,479	0,428	0,315	0,276
Saúde Financeira	0,826	0,983	0,950	0,861
GESTÃO PÚBLICA	0,611	0,475	0,882	0,882
Articulação com O Exterior	0,000	0,000	1,000	1,000
Capacidade de Planejamento	0,613	1,000	0,862	0,862
Gestão Financeira	1,000	1,000	1,000	1,000
Governo Eletrônico	0,667	0,417	0,917	0,917
Qualidade do Quadro Funcional	0,775	-	0,631	0,631
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	0,461	0,403	0,550	0,394
Participação Eleitoral	0,434	0,236	0,597	0,285
Representatividade de Gêneros	0,488	0,571	0,504	0,504
TOTAL DA DIMENSÃO	0,576	0,564	0,710	0,645

Fonte: CNM (2018)

Na avaliação das finanças públicas pretende-se retratar o desempenho na arrecadação e alocação de recursos de forma eficiente para atender as demandas da sociedade. Deste modo, ao verificar a capacidade de receita, pela receita líquida corrente, é possível perceber um crescimento de 36,4% entre os anos de 2012 e 2018, sendo que, do total da receita corrente líquida, 19,8% é composto de receita própria.

O estímulo ao investimento indica a capacidade de dinamização do município com o aumento de emprego e renda, além da expansão da atividade econômica por meio dos investimentos do poder público. Para tal, o investimento público *per capita*, apresentou tendência de queda nos valores observados, de R\$ 364,43 (2012) para R\$ 222,34 (2018). Junto a este temos o investimento público sobre a receita corrente líquida, que apresentou a mesma predisposição, caindo 8,1% entre os anos de 2012 e 2018.

No quesito gestão pública, avalia-se a capacidade de articulação dos municípios com eficácia e qualidade na promoção de desenvolvimento econômico. A articulação com outros municípios na mesma região, através de consórcios ou programas micro ou mesorregionais, visando a prosperidade na região central e seus arredores. Além disso, a capacidade de planejamento estratégico municipal, através de planos¹⁷ e programas que auxiliarão na implementação das políticas públicas, faz-se necessário para o desenvolvimento local e regional. Junto a estes, cabe também a

¹⁷ Cabe dentro deste o Plano municipal de Saneamento básico, o Plano Municipal de Educação, o Plano Municipal de Saúde, o Plano de Segurança Pública e o Plano Diretor.

modernização da administração pública em sua capacidade técnica e tecnológica, como cadastro de ISS informatizado, planta genérica de valores informatizada e demais serviços necessários no portal do município. Na articulação com o exterior, Palmas participa do consórcio intermunicipal para gestão compartilhada da bacia hidrográfica do Médio Tocantins. Além disso, Palmas atende os requisitos de governo digital e informatizado, no que diz respeito a disponibilidade de serviços eletrônicos.

A participação da sociedade torna-se essencial na construção do desenvolvimento sustentável, sendo este um direito e dever dos cidadãos no sistema democrático. Nos pleitos eleitorais, que são instrumentos de construção e consolidação de uma cidadania, tem como objetivo as decisões e definições da vida social. Em 2018, foi observado no IDMS participação de 84,4% do total de eleitores ativos, sendo estes os responsáveis por escolherem seus representantes que atuaram nos acompanhamentos das tomadas de decisão e elaboração de políticas. Cabe destacar a necessidade de representatividade e equidade dentro das figuras eleitas, onde apenas 30,1% dos vereadores eleitos, no mesmo ano de avaliação, eram candidatas mulheres. Nos ODS a representatividade e equidade de gênero é bem mais abrangente, buscando atingir todos os cargos de direção ou liderança.

As metas que contemplam a Dimensão Político-institucional buscam a maior participação da população dentro de seus governos (meta 16.8), melhorias na política fiscal, tributária, salarial e de proteção social (meta 10.4), busca por melhor capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas (17.1), e melhorias no acesso a tecnologia da informação e que a mesma seja acessível a todos.

A Dimensão Político-institucional apresenta nível médio de sustentabilidade no que foi observado para o IDMS de 2018. São destaques para melhoria a ampliação dos investimentos públicos, principalmente pelo seu potencial de multiplicador de crescimento econômico, e maior engajamento dos seus cidadãos nas participações eleitorais junto com o avanço da representatividade e equidade de seus representantes.

O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável para o município de Palmas é de 0,738, representando nível médio-alto de sustentabilidade, conforme Tabela 6. Apesar de ser uma capital nova, Palmas conseguiu atingir níveis relevantes em áreas estratégicas como educação, saúde e gestão pública. Pontos de melhorias e que precisam de maior foco foram destacados ao decorrer das subdimensões.

Tabela 6 - Resultado geral do IDMS

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL	2012	2014	2016	2018
Sociocultural	0,782	0,778	0,775	0,789
Econômica	0,696	0,715	0,706	0,677
Ambiental	0,843	0,926	0,843	0,843
Político Institucional	0,576	0,564	0,710	0,645
IDMS – PALMAS	0,724	0,746	0,758	0,738

Fonte: CNM (2018)

Por fim, através da análise comparativa entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dentro do que compete em suas metas, e o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável, por meio dos seus indicadores e variáveis, foi possível estabelecer correspondências entre os mesmos, apresentado em uma matriz para melhor visualização destas correlações, presentes no Quadro 10.

Quadro 10 - Matriz de comparação IDMS x ODS

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável									Total
	Educação	Saúde	Cultura	Habitação	Economia	Meio Ambiente	Participação Social	Gestão Pública	Finanças Públicas	
Objetivo 1					1					1
Objetivo 2					1	1				2
Objetivo 3		4								4
Objetivo 4	4		2		1			1		8
Objetivo 5							1			1
Objetivo 6						3				3
Objetivo 7				1						1
Objetivo 8			1		3					4
Objetivo 9					1	1			2	4
Objetivo 10					1		1			2
Objetivo 11			1	2	1	1				4
Objetivo 12			1							1
Objetivo 13						1				1
Objetivo 14						1				1
Objetivo 15					1	2				3
Objetivo 16								3		3
Objetivo 17					1			1		2
Indicadores do IDMS relacionados aos ODS	4	4	2	2	3	3	1	4	2	25
Total de Indicadores	4	4	4	2	3	3	2	5	3	30

Fonte: CMN (2018); SILVA (2018)

A partir da matriz foi possível verificar uma correspondência de 25 indicadores

do IDMS, dentre os 30 (um total de 83%), com os ODS. As principais correspondências verificadas foram debatidas dentro de cada dimensão, tendo em vista o acompanhamento do desenvolvimento de Palmas/TO pelos IDMS de 2012 a 2018, fazendo a comparação entre os indicadores e as metas dos ODS.

Além disso, a intersectorialidade entre os objetivos dos ODS torna a ação dos indicadores mais abrangentes, fazendo que investimentos em educação, por exemplo, consigam atingir outras áreas como cultura, capacitação profissional para a geração de emprego, saúde e bem-estar. Desta forma, IDMS consegue cumprir com o papel de ferramenta de diagnóstico visando a elaboração de políticas públicas com desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve caráter exploratório e descritivo, analisando o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável juntamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, buscando a utilização deste indicador como ferramenta de diagnóstico na elaboração de políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável visando o cumprir as metas estabelecidas nos ODS.

Com o IDMS foi possível observar dados dispersos de inúmeras fontes e bases, trazendo este as informações necessárias aos gestores públicos para auxiliar na tomada de decisão. A metodologia compreende diferentes dimensões de sustentabilidade junto a variáveis de amplo aspecto que corroboram para a formulação de um conhecimento sólido de cada área de investigação.

O estudo gerou evidências de correlação entre as subdimensões que compõem o IDMS e os objetivos de desenvolvimento sustentável, onde 83% de seus indicadores correspondem as metas dos ODS, e conseguindo contemplar todos os 17 objetivos, cumprindo as metas que competem ao âmbito municipal.

O principal desafio na construção do IDMS está na dependência de dados como os presentes no Censo Demográfico, que apresentam grande defasagem de tempo. Além disso, torna-se importante a presença de um departamento específico dentro do poder público para coleta, avaliação e manutenção da base de dados e interpretação desses dados, de forma a conseguir correlacioná-los.

Nos resultados obtidos, foi possível observar que o município de Palmas apresenta uma constância no seu nível de sustentabilidade, não conseguindo rompê-lo, podendo ser resultado do processo de expansão da capital com foco em processos de atenção das necessidades básicas. O processo de investimento do poder público na melhoria dos serviços e demandas da sociedade foi fator de alerta. Tal investimento tem potencial multiplicador e gerador de renda, mostrando a interrelação entre as dimensões.

Deste modo, a atenção do município de Palmas na redução da evasão escolar juntamente com um contínuo processo de qualificação do cidadão contribui tanto para os indicadores da educação quanto os indicadores econômicos, na formação de mão-de-obra qualificada. O processo de aperfeiçoamento das técnicas e capacitação do quadro funcional dentro da administração pública também se faz necessário, buscando a elaboração de políticas mais efetivas.

A participação dos cidadãos dentro da construção dos planos setoriais e das políticas públicas também se torna imprescindível, pois estes estão em contato direto com os anseios da sociedade, seja na modernização da infraestrutura escolar ou na ampliação dos serviços em saúde ofertados a sociedade, ajudando, assim, os gestores a adequar a tomada de decisão as verdadeiras necessidades locais. Além disso, dado o potencial de crescimento do município de Palmas, parcerias intermunicipais são uma realidade inevitável, principalmente visando o desenvolvimento de regional dos municípios que compõem a micro ou mesorregião que Palmas está inserida.

Por fim, o IDMS na forma apresentada nesta pesquisa foi desenvolvido em 2012, pela Federação Catarinense de Municípios e está em constante processo de aperfeiçoamento pelos seus técnicos. Deste modo, torna-se perceptível a necessidade de centro de pesquisa de dados em esferas regionais, buscado a adaptação de metodologias utilizadas nacionalmente, que avaliem o processo de desenvolvimento sustentável, para suas realidades locais ou regionais.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 160p.
- BOJCZUK, Karina. **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: causas, consequências e possíveis soluções**. CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES. 2020. Por E-Docente. Disponível em: https://www.edocente.com.br/blog/escola/evasao-escolar-no-ensino-medio-causas-consequencias-e-possiveis-solucoes/?gclid=CjwKCAiA6seQBhAfEiwAvPqu1-frT9iJE7fd63ylJadAwyUf_hGF0CCPIHg9f_Q3iTWD-HC4gICvbBoCTtEQAvD_BwE. Acesso em: 20 fev. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. Texto para discussão 157. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CELENTANO, Danielle; VERÍSSIMO, Adalberto. **A Amazônia e os objetivos do milênio**. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazonia, Belém (Brasil), 2007.
- CNM, Confederação Nacional dos Municípios. **Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável**. 2018. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/municipios/idms>. Acesso em: 18 set. 2021.
- FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Anexo Metodológico – IFDM 2018 – Ano base 2016**. Rio de Janeiro: Firjan, 2018.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GALLOPÍN, G. C. Sustainability Indicators. A Report on the Project on Indicators of Sustainable Development. “**Indicators and Their Use: Information for Decision-making. Part One-Introduction**”. Wiley, Chichester, p. 13-27, 1997
- GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. **Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável**. Direito e Desenvolvimento, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.
- HAMMOND, A., et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.
- IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2010: resultados. RESULTADOS**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 18 fev. 2021.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **MUNIC: pesquisa de informações básicas municipais**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes->

basicas-municipais.html. Acesso em: 12 fev. 2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>. Acesso em: 7 fev. 2021.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea, MP, SPI, 2014.

ISSA, Victor Sena. **A implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas de garantia da sustentabilidade ambiental: água potável e saneamento sanitário – o caso do Brasil e da Colômbia**. 2017. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

KRAMA, Márcia Regina. **Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade**. Curitiba: PUC/PR, 2008.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito**. Revista Proposta, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM): Metodologia para análise e cálculo do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade – uma aplicação no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Sebrae, 2008.

MDR, Ministério do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MIRANDA, Danilo. **Cultura e desenvolvimento humano**. Cadernos Cenpec: Nova série, v. 5, n. 7, 2010.

MS, Ministério da Saúde. **DATASUS: tabnet**. TABNET. 2021. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

MS, Ministério da Saúde. **Informação e Análise Epidemiológica**. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. 2016. Elaborado pelo sistema de Vigilância de Fatores de Risco (VIGITEL). Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/download/Vigitel/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MS, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica: Série E. Legislação em Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: MS, 2012.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa et al. **Metodologia de construção de índices e indicadores sociais como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte**. Migração e ambiente nas aglomerações urbanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, v. 465, p. 487, 2001.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia; QUINELLI, Larissa. **Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas**. Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, v. 2, n. 2, p. 111-129, 2016.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração do Milênio das Nações Unidas**. Nova York: Assembleia Geral das Nações Unidas, 2000.

PINTO, Daniela Gomes Coordenação; COSTA, Marco Aurélio Coordenação; MARQUES, Maria Luiza de Aguiar Coordenação. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

QUIROGA, Rayén. **Indicadores de sustentabilidad y desarrollo sostenible: estado del arte y perspectivas**. Santiago de Chile: División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos, 2001.

RAMOS, Mozart Neves. **PARECER CNE/CEB Nº: 8/2010**. Conselho Nacional De Educação. Brasília: MEC, 2010.

ROMA, Júlio César. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Ciência e cultura, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIDEMS, Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. **Metodologia IDMS**. 2018. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/87813/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SILVA, Enid Rocha Andrade. **Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: IPEA, 2018.

SOUTO, Emerson et al. **A Construção de um Sistema de Indicadores e sua Potencial Contribuição para o Desenvolvimento Municipal Sustentável**. Enanpad, out. 2017.

SOUTO, Raquel Dezidério. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável-Brasil: análise e contribuições**. Estatística e Sociedade, n. 3, 2013.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro: contas anuais**. 2021. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

TAYRA, Flávio; RIBEIRO, Helena. **Modelos de indicadores de sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências.** Saúde e Sociedade, v. 15, n. 1, p. 84-95, 2006.

VEIGA, José Eli. **Indicadores de Sustentabilidade.** Estudos Avançados. v. 24, n. 68. P. 39-52, 2010.

ANEXO I – IDMS PALMAS

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL	2012	2014	2016	2018
SOCIOCULTURAL	0,782	0,778	0,775	0,789
EDUCAÇÃO	0,737	0,736	0,720	0,740
ACESSO E PERMANÊNCIA ESCOLAR	0,696	0,698	0,674	0,705
Abandono Escolar - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	0,948	0,966	0,853	0,928
Abandono Escolar - Anos Finais (6º ao 9º ano)	0,857	0,932	0,833	0,865
Abandono Escolar - Ensino Médio	0,117	0,036	0,167	0,068
Atendimento Escolar - Educação Infantil (4 a 5 anos)	0,756	0,756	0,756	0,756
Atendimento Escolar - Ensino Fundamental (6 a 14 anos)	0,842	0,842	0,842	0,842
Atendimento Escolar - Ensino Médio (15 a 17 anos)	0,765	0,765	0,765	0,765
Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental	0,723	0,742	0,786	0,830
Distorção Idade-Série - Ensino Médio	0,561	0,546	0,559	0,589
DESEMPENHO ESCOLAR	0,742	0,654	0,688	0,688
IDEB Rede Pública - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	0,795	0,739	0,875	0,875
IDEB Rede Pública - Anos Finais (6º ao 9º ano)	0,688	0,568	0,500	0,500
INFRAESTRUTURA ESCOLAR	0,633	0,717	0,676	0,727
Média de Alunos por Turma - Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	0,568	0,699	0,737	0,622
Média de Alunos por Turma - Anos Finais (6º ao 9º ano)	0,608	0,713	0,539	0,783
Média de Alunos por Turma - Ensino Médio	0,508	0,642	0,535	0,804
Unidades Escolares com Estruturas Mínimas Adequadas	0,849	0,816	0,846	0,700
QUALIDADE DE ENSINO	0,875	0,876	0,840	0,842
Docentes com Curso Superior - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	0,672	0,667	0,589	0,606
Docentes com Curso Superior - Anos Finais (6º ao 9º ano)	0,881	0,867	0,832	0,842
Docentes com Curso Superior - Ensino Médio	0,940	0,961	0,895	0,879
Conselho Municipal de Educação	1,000	1,000	1,000	1,000
Analfabetismo	0,883	0,883	0,883	0,884
SAÚDE	0,839	0,866	0,822	0,829
COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA	0,725	0,824	0,819	0,955
População Atendida por Agentes Comunitários de Saúde - ACS	0,797	1,000	1,000	0,990
População Atendida por Equipes de Saúde Bucal	0,630	0,615	0,611	0,875
População Atendida por Equipes de Atenção Básica	0,748	0,856	0,845	1,000
FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO	0,737	0,748	0,766	0,656
Cobertura de Vacinas	0,735	0,817	0,941	0,563
Nascidos Vivos com Baixo Peso	0,791	0,745	0,727	0,727
Nascidos Vivos com 7 ou mais consultas pré-natal	0,626	0,644	0,630	0,678
Prevalência de Aleitamento Materno Exclusivo	0,795	0,790	0,727	-
MORBIDADE	0,991	1,000	-	-
Incidência de Hipertensão	0,991	1,000	-	-
MORTALIDADE	0,901	0,892	0,882	0,875
Mortalidade Infantil	0,885	0,865	0,783	0,798
Mortalidade por Causas Externas	0,818	0,746	0,741	0,712
Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório	1,000	1,000	1,000	1,000
Mortalidade por Doenças do Aparelho Digestivo	0,878	0,909	0,886	0,892
Mortalidade por Doenças do Aparelho Respiratório	0,958	0,953	0,951	0,976
Mortalidade por Doenças do Sistema Nervoso	0,901	0,895	0,918	0,890
Mortalidade por Doenças Parasitárias e Infecciosas	0,875	0,847	0,863	0,851
Mortalidade por Neoplasia Maligna (Câncer)	0,894	0,919	0,917	0,882
CULTURA	0,771	0,638	0,840	0,863
ESTRUTURA DE GESTÃO PARA PROMOÇÃO DA CULTURA	0,600	0,600	1,000	1,000
Adesão ao Sistema Nacional de Cultura	1,000	1,000	1,000	1,000
Conselho de Política Cultural	1,000	1,000	1,000	1,000
Fundo Municipal de Cultura Exclusivo	0,000	0,000	1,000	1,000

Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial	1,000	1,000	1,000	1,000
Plano Municipal de Cultura	0,000	0,000	1,000	1,000
INFRAESTRUTURA CULTURAL	1,000	0,461	0,845	0,845
Equipamentos Socioculturais	1,000	0,656	1,000	1,000
Meios de Comunicação	1,000	0,267	0,689	0,689
INICIATIVAS CULTURAIS DA SOCIEDADE	0,938	0,938	0,936	0,936
Atividades Artesanais	0,875	0,875	0,872	0,872
Grupos Artísticos	1,000	1,000	1,000	1,000
RECURSOS NA CULTURA	0,545	0,553	0,581	0,671
Investimento em Cultura Per Capita	0,799	1,000	0,838	1,000
Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida	0,291	0,105	0,325	0,342
HABITAÇÃO	0,797	0,797	0,797	0,797
ESTRUTURA DE GESTÃO PARA POLÍTICAS HABITACIONAIS	1,000	1,000	1,000	1,000
Plano Municipal de Habitação	1,000	1,000	1,000	1,000
Conselho Municipal de Habitação	1,000	1,000	1,000	1,000
Fundo Municipal de Habitação	1,000	1,000	1,000	1,000
QUALIDADE HABITACIONAL	0,593	0,593	0,593	0,593
Densidade Excessiva de Moradores por Dormitórios	0,372	0,372	0,372	0,372
Domicílios com banheiro de uso exclusivo	0,769	0,769	0,769	0,769
Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora	0,639	0,639	0,639	0,639
ECONÔMICA	0,696	0,715	0,706	0,677
ECONOMIA	0,696	0,715	0,706	0,677
AGREGAÇÃO DE VALOR ECONÔMICO	0,591	0,626	0,629	0,631
ISS Per Capita	0,878	1,000	1,000	1,000
ICMS Per Capita	0,305	0,251	0,258	0,262
DINAMISMO ECONÔMICO	0,677	0,700	0,669	0,656
Evolução dos Empregos Formais (%)	0,538	0,622	0,479	0,487
Crescimento do PIB	0,590	0,698	0,770	0,775
PIB per capita	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice de Gini	0,410	0,410	0,410	0,410
Evolução dos Estabelecimentos Empresariais	0,711	0,685	0,568	0,480
Receita Média dos Microempreendedores Individuais (MEI)	0,811	0,785	0,786	0,784
NÍVEL DE RENDA	0,820	0,820	0,820	0,743
Domicílios em Situação de Pobreza	0,640	0,640	0,640	0,640
Remuneração Média dos Trabalhadores Formais	1,000	1,000	1,000	0,846
AMBIENTAL	0,843	0,926	0,843	0,843
MEIO AMBIENTE	0,843	0,928	0,843	0,843
COBERTURA DE SANEAMENTO BÁSICO	0,779	0,779	0,779	0,779
Domicílios Atendidos Direta ou Indiretamente por Coleta de Lixo	0,949	0,950	0,949	0,949
Domicílios Atendidos por Rede Pública de Água	0,928	0,935	0,928	0,928
Domicílios com Acesso à Rede Geral de Esgoto ou Fossa Séptica	0,459	0,459	0,459	0,459
GESTÃO AMBIENTAL	0,750	1,000	0,750	0,750
Licenciamento de Impacto Local	1,000	1,000	1,000	1,000
Agenda 21 Local	0,500	1,000	0,500	0,500
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	1,000	1,000	1,000	1,000
Áreas de Matas e Florestas Naturais Preservadas nas Propriedades Agropecuárias	1,000	1,000	1,000	1,000
POLÍTICO INSTITUCIONAL	0,576	0,564	0,710	0,645
FINANÇAS PÚBLICAS	0,635	0,752	0,700	0,656
CAPACIDADE DE RECEITA	0,600	0,845	0,836	0,831
Receita Corrente Líquida Per Capita	0,675	0,690	0,673	0,663
Receita Própria sobre a Receita Corrente Líquida	0,525	0,999	1,000	1,000
ESTÍMULO AO INVESTIMENTO	0,479	0,428	0,315	0,276
Investimento Público Per Capita	0,453	0,430	0,301	0,350
Investimento Público sobre a Receita Corrente Líquida	0,504	0,427	0,328	0,203

SAÚDE FINANCEIRA	0,826	0,983	0,950	0,861
Endividamento Público Municipal	0,985	0,949	0,979	1,000
Suficiência de Caixa	1,000	1,000	1,000	1,000
Receita Comprometida com Folha de Pessoal	0,492	1,000	0,872	0,584
GESTÃO PÚBLICA	0,611	0,475	0,882	0,882
ARTICULAÇÃO COM O EXTERIOR	0,000	0,000	1,000	1,000
Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais	0,000	0,000	1,000	1,000
CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO	0,613	1,000	0,862	0,862
Planos de Desenvolvimento Setoriais	0,613	0,485	0,862	0,862
GESTÃO FINANCEIRA	1,000	1,000	1,000	1,000
Cadastro Imobiliário Informatizado	1,000	1,000	1,000	1,000
Cadastro de ISS Informatizado	1,000	1,000	1,000	1,000
Planta Genérica de Valores Informatizada	1,000	1,000	1,000	1,000
GOVERNO ELETRÔNICO	0,667	0,417	0,917	0,917
Serviços Disponibilizados no Portal do Município	0,667	0,417	0,917	0,917
QUALIDADE DO QUADRO FUNCIONAL	0,775	-	0,631	0,631
Servidores com Curso Superior	0,775	-	0,631	0,631
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	0,461	0,403	0,550	0,394
PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	0,434	0,236	0,597	0,285
Participação nos Pleitos Eleitorais	0,434	0,236	0,597	0,285
REPRESENTATIVIDADE DE GÊNEROS	0,488	0,571	0,504	0,504
Representatividade de Gêneros entre Candidatos a Vereadores	0,488	0,571	0,504	0,504
IDMS – PALMAS	0,724	0,746	0,758	0,738

ANEXO II – OBJETIVOS E METAS DOS ODS

<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p> <p>1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$ 3,20 per capita por dia.</p> <p>1.2 Até 2030, reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.</p> <p>1.3 Assegurar para todos, em nível nacional, até 2030, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.</p> <p>1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.</p> <p>1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.</p> <p>1.a Garantir recursos para implementar programas e políticas para erradicar a pobreza extrema e combater a pobreza.</p> <p>1.b Fortalecer marcos políticos e institucionais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações de erradicação da pobreza.</p>
<p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p> <p>2.1 Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.</p> <p>2.2 Até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais.</p> <p>2.3 Até 2030, aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, visando tanto à produção de autoconsumo e garantia da reprodução social dessas populações quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico, por meio do acesso seguro e equitativo: i) à terra e aos territórios tradicionalmente ocupados; ii) à assistência técnica e extensão rural, respeitando-se as práticas e saberes culturalmente transmitidos; iii) a linhas de crédito específicas; iv) aos mercados locais e institucionais, inclusive políticas de compra pública; v) ao estímulo ao associativismo e cooperativismo; e vi) a oportunidades de agregação de valor e emprego não-agrícola.</p> <p>2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos, por meio de políticas de pesquisa, de assistência técnica e extensão rural, entre outras, visando implementar práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção e a produtividade e, ao mesmo tempo, ajudem a proteger, recuperar e conservar os serviços ecossistêmicos, fortalecendo a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, melhorando progressivamente a qualidade da terra, do solo, da água e do ar.</p> <p>2.5.1 Até 2020, garantir a conservação da diversidade genética de espécies nativas e domesticadas de plantas, animais e microrganismos importantes para a alimentação e agricultura, adotando estratégias de conservação <i>ex situ</i>, <i>in situ</i> e <i>on farm</i>, incluindo bancos de germoplasma, casas ou bancos comunitários de sementes e núcleos de criação e outras formas de conservação adequadamente geridos em nível local, regional e internacional.</p> <p>2.5.2 Até 2020, garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente, assegurando a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.</p> <p>2.a Aumentar o investimento, inclusive por meio do reforço da cooperação internacional, em infraestrutura, pesquisa e assistência técnica e extensão rural, no desenvolvimento de tecnologias e no estoque e disponibilização de recursos genéticos de plantas, animais e</p>

microrganismos, incluindo variedades crioulas e parentes silvestres, de maneira a aumentar a capacidade de produção agrícola ambientalmente sustentável, priorizando povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, pequenos e médios produtores, adaptando novas tecnologias aos sistemas de produção tradicional e considerando as diferenças regionais e socioculturais.

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, inclusive por meio da eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha e atendendo, em nível nacional, ao princípio da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de alimentos e seus derivados, facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, promover o fortalecimento de políticas públicas de estoque e abastecimento, incluindo investimento em logística e distribuição, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos e garantir, em nível nacional, a soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

3.1 Até 2030, reduzir a razão de mortalidade materna para no máximo 30 mortes por 100.000 nascidos vivos.

3.2 Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.

3.3 Até 2030 acabar, como problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis.

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

3.6 Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito.

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços e insumos de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento reprodutivo, à informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

3.8 Assegurar, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade que estejam incorporados ao rol de produtos oferecidos pelo SUS.

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água e do solo.

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações em saúde para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, proporcionar o acesso a essas tecnologias e inovações incorporadas ao SUS, incluindo medicamentos e vacinas, a toda a população.

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

3.d Reforçar as capacidades locais para o alerta precoce, redução e gerenciamento de emergências e riscos nacionais e globais de saúde.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

4.2 Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

4.3 Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

- 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
- 4.5 Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.
- 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.
- 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
- 4.a Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
- 4.b Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.
- 4.c Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

- 5.1 Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
- 5.2 Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
- 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos e uniões precoces, forçados e de crianças e jovens, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
- 5.4 Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.
- 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.
- 5.6 Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e direitos reprodutivos, em consonância com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão, considerando as intersecções de gênero com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade,

<p>cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p> <p>5.a.1 a) Percentual da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre as terras agrícolas, por sexo; e (b) participação de mulheres entre proprietários ou detentores de direitos de terras agrícolas, por tipo de posse – Tier III.</p> <p>5.a.2 Percentual de países onde o quadro jurídico (incluindo o direito consuetudinário) garante às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra – Tier III.</p> <p>5.b.1 Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as interseções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p> <p>5.b.2 Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as interseções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p> <p>5.b.3 Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias, considerando as interseções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p> <p>5.c Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas interseções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.</p>
<p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos</p>
<p>6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.</p> <p>6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.</p> <p>6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água nos corpos hídricos, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente.</p> <p>6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores, assegurando retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez.</p> <p>6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis de governo, inclusive via cooperação transfronteiriça.</p> <p>6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos, reduzindo os impactos da ação humana.</p> <p>6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.</p> <p>6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, priorizando o controle social para melhorar a gestão da água e do saneamento.</p>
<p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos</p>
<p>7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.</p> <p>7.2 Até 2030, manter elevada a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.</p> <p>7.3 Até 2030, aumentar a taxa de melhoria da eficiência energética da economia brasileira.</p>

<p>7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.</p> <p>7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e aprimorar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos.</p>
<p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos</p>
<p>8.1 Registrar um crescimento econômico per capita anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030.</p> <p>8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade, por meio da diversificação e com agregação de valor, modernização tecnológica, inovação, gestão, e qualificação do trabalhador; com foco em setores intensivos em mão-de-obra.</p> <p>8.3 Promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; o empreendedorismo e a inovação.</p> <p>8.4 Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).</p> <p>8.5 Até 2030, reduzir em 40% a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo o trabalho digno, com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor.</p> <p>8.6 Alcançar uma redução de 3 pontos percentuais até 2020 e de 10 pontos percentuais até 2030 na proporção de jovens que não estejam ocupados, nem estudando ou em formação profissional.</p> <p>8.7 Até 2025 erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.</p> <p>8.8 Reduzir o grau de descumprimento da legislação trabalhista, no que diz respeito ao registro, às condições de trabalho, às normas de saúde e segurança no trabalho, com ênfase nos trabalhadores em situação de vulnerabilidade.</p> <p>8.9 Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.</p> <p>8.10.1 Número de agências bancárias comerciais e caixas eletrônicos por 100.000 adultos.</p> <p>8.10.2 Percentual de adultos (15 anos ou mais) com conta bancária ou em outra instituição financeira, ou com prestador de serviço financeiro móvel.</p> <p>8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [<i>Aid for Trade</i>] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.</p> <p>8. b Até 2020, desenvolver e operacionalizar um plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude, tendo como marcos referenciais: i) a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a juventude; ii) o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente; e iii) o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).</p>
<p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p>
<p>9.1 Aprimorar o sistema viário do País, com foco em sustentabilidade e segurança no trânsito e transporte, equalizando as desigualdades regionais, promovendo a integração regional e transfronteiriça, na busca de menor custo, para o transporte de passageiros e de cargas, evitando perdas, com maior participação dos modos de alta capacidade como ferroviário, aquaviário e dutoviário, tornando-o acessível e proporcionando bem-estar a todos.</p> <p>9.2 Até 2030, promover a atividade econômica inclusiva e sustentável e a atividade de alta complexidade tecnológica, com foco na elevação da produtividade, do emprego e do PIB, e com melhora nas condições de trabalho e na apropriação dos ganhos de produtividade advindos.</p> <p>9.3 Aumentar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas a todos os serviços financeiros, garantindo crédito em condições adequadas à realidade dessas empresas, inclusive por meio de soluções tecnológicas inovadoras, para propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados.</p>

- 9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.
- 9.5 Fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas das empresas, incentivando, até 2030, a inovação, visando aumentar o emprego do conhecimento científico e tecnológico nos desafios socioeconômicos nacionais e nas tecnologias socioambientalmente inclusivas; e aumentar a produtividade agregada da economia. a) Aumentar para 3.000 o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de habitantes; b) Aumentar para 120.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D nas empresas; e c) Aumentar para 2,00% os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento em relação ao PIB.
- 9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- 9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais, por meio de políticas públicas que assegurem um ambiente institucional e normativo favorável para, entre outras coisas, promover a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.
- 9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet, até 2020, buscando garantir a qualidade, a privacidade, a proteção de dados e a segurança cibernética.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

- 10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a renda média dos 10% mais ricos.
- 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra.
- 10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.
- 10.4 Reduzir desigualdades através da adoção de políticas fiscal, tributária, salarial e de proteção social.
- 10.5 Melhorar a regulação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulações.
- 10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de garantir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.
- 10.7 Facilitar a migração e promover a integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira.
- 10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.
- 10.b Incentivar cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.
- 10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar “corredores de remessas” com custos superiores a 5%.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.
- 11.2 Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das

pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

- 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.
- 11.4 Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.
- 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por desastres naturais de origem hidrometeorológica e climatológica, bem como diminuir substancialmente o número de pessoas residentes em áreas de risco e as perdas econômicas diretas causadas por esses desastres em relação ao produto interno bruto, com especial atenção na proteção de pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.
- 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, melhorando os índices de qualidade do ar e a gestão de resíduos sólidos; e garantir que todas as cidades com acima de 500 mil habitantes tenham implementado sistemas de monitoramento de qualidade do ar e planos de gerenciamento de resíduos sólidos.
- 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.
- 11.a Apoiar a integração econômica, social e ambiental em áreas metropolitanas e entre áreas urbanas, periurbanas, rurais e cidades gêmeas, considerando territórios de povos e comunidades tradicionais, por meio da cooperação interfederativa, reforçando o planejamento nacional, regional e local de desenvolvimento.
- 11.b Até 2030, aumentar significativamente o número de cidades que possuem políticas e planos desenvolvidos e implementados para mitigação, adaptação e resiliência a mudanças climáticas e gestão integrada de riscos de desastres de acordo com o Marco de SENDAI.
- 11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e robustas, priorizando recursos locais.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

- 12.1 Implementar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis, em articulação com entes federados.
- 12.2 Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.
- 12.3.1 Até 2030, reduzir o desperdício de alimentos per capita nacional, em nível de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
- 12.3.2 Estabelecer marco regulatório para a redução do desperdício de alimentos no Brasil.
- 12.4.1 Número de países signatários de acordos internacionais ambientais sobre resíduos perigosos e outras substâncias químicas que cumpram seus compromissos e transmitam informações conforme exigido por cada contrato relevante (Tier I).
- 12.4.2 Resíduos perigosos gerados per capita e percentual de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento (Tier II).
- 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos.
- 12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios.
- 12.7 Promover práticas de contratações e gestão públicas com base em critérios de sustentabilidade, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
- 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).
- 12.a Apoiar países em desenvolvimento para que fortaleçam suas capacidades científicas e tecnológicas em rumo a padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
- 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.
- 12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo

<p>plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas.</p>
<p>Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos</p>
<p>13.1 Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais.</p> <p>13.2 Integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) às políticas, estratégias e planejamentos nacionais.</p> <p>13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mudança do clima, seus riscos, mitigação, adaptação, impactos, e alerta precoce.</p> <p>13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto de ações significativas de mitigação e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima, por meio de sua capitalização, o mais cedo possível.</p> <p>13.b Estimular a ampliação da cooperação internacional em suas dimensões tecnológica e educacional objetivando fortalecer capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.</p>
<p>Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</p>
<p>14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.</p> <p>14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.</p> <p>14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.</p> <p>14.4.1 Percentual de estoques pesqueiros dentro dos níveis biologicamente sustentáveis (Tier I*). *No caso do Brasil é Tier II (o país parou de produzir estatísticas nacionais em 2011).</p> <p>14.5 Até 2020, conservar pelo menos 25% das zonas costeiras e marinhas, principalmente áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens marinhas mais amplas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.</p> <p>14.6 Até 2020, avaliar certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, considerando a eliminação dos subsídios que contribuam para a pesca INN, e abstendo-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da OMC.</p> <p>14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo.</p> <p>14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e SIDS.</p> <p>14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.</p> <p>14.c. Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS,* que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos,</p>

conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro que queremos”. *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

- 15.1.1 Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e outras categorias de áreas oficialmente protegidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais (RLs) e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.
- 15.1.2 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas aquáticos continentais e de sua biodiversidade, e fortalecer a pesca sustentável nestes ambientes, eliminando a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (INN) e eliminando subsídios que contribuem para a pesca INN.
- 15.2 Até 2030, zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros, ampliar a área de florestas sob manejo ambiental sustentável e recuperar 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa degradadas, em todos os biomas e preferencialmente em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) e, em áreas de uso alternativo do solo, ampliar em 1,4 milhão de hectares a área de florestas plantadas.
- 15.3 Até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.
- 15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios, que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
- 15.5.1 Até 2020, a taxa de perda de habitats naturais será reduzida em 50% (em relação às taxas de 2009) e a degradação e fragmentação em todos os biomas será reduzida significativamente.
- 15.5.2 Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas será reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.
- 15.5.3 Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, de plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.
- 15.6.1 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.
- 15.6.2 Até 2030, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.
- 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça e pesca ilegais e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, incluindo recursos pesqueiros de águas continentais e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida silvestre.
- 15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.
- 15.9 Até 2020, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.

- 15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, para viabilizar a implementação dos compromissos nacionais e internacionais relacionados com a biodiversidade.
- 15.b Mobilizar significativamente os recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para financiar e proporcionar incentivos adequados ao manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.
15. c Reforçar o apoio global e a cooperação federativa no combate à caça e pesca ilegais e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável, e proporcionar o acesso de pescadores artesanais de pequena escala aos recursos naturais.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

- 16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de 1/3 das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT.
- 16.2 Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.
- 16.3 Fortalecer o Estado de Direito e garantir acesso à justiça a todos, especialmente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade.
- 16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.
- 16.5 Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- 16.6 Ampliar a transparência, a *accountability* e a efetividade das instituições, em todos os níveis.
- 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
- 16.8 Ampliar e fortalecer a participação brasileira nas instituições de governança global.
- 16.9 Até 2030, fornecer identidade civil para todos, incluindo o registro de nascimento, em especial para os povos ciganos, as comunidades quilombolas, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiros, as populações ribeirinhas e extrativistas, além de grupos populacionais como mulheres trabalhadoras rurais, a população em situação de rua, a população em situação de privação de liberdade e a população LGBT.
- 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.
- 16.a Fortalecer as instituições relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência, do crime e da violação dos direitos humanos.
- 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

- 17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.
- 17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta (RNB) em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.
- 17.3 Mobilizar recursos adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.
- 17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução

- e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.
- 17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países de menor desenvolvimento relativo.
 - 17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.
 - 17.7 Até 2030, promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.
 - 17.8 Até 2030, operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação para os países de menor desenvolvimento relativo até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação.
 - 17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.
 - 17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.
 - 17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países de menor desenvolvimento relativo nas exportações globais até 2020.
 - 17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países de menor desenvolvimento relativo, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países de menor desenvolvimento relativo sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.
 - 17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.
 - 17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.
 - 17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.
 - 17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.
 - 17.17 Incentivar e promover parcerias eficazes nos âmbitos públicos, público-privados, privados e da sociedade civil, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.
 - 17.18 Reforçar o apoio à desagregação de dados, a integração, disponibilização e compartilhamento de registros administrativos e de bases de dados estatísticos e geocientíficos relevantes ao cumprimento das metas e mensuração dos indicadores do desenvolvimento sustentável, respeitando a legislação quanto à segurança da informação.
 - 17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes, para desenvolver métricas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiar o desenvolvimento de capacidades em estatística nos países em desenvolvimento.